



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

Relatório de Gestão de Atividades

Secretaria de Estado Geral de Governo -
SEGG

2021

BELIVALDO CHAGAS SILVA
Governador do Estado

JOSE CARLOS FELIZOLA SOARES FILHO
Secretário de Estado Geral de Governo

FRANCISCO MARCEL FREIRE RESENDE
Superintendente Especial de Planejamento, Monitoramento e Captação de Recursos

MANOEL PINTO DANTAS NETO
Superintendente Especial de Atos Legislativos - SUPERLEGIS

JOSÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR
Superintendente Especial de Parcerias Público-Privadas de Sergipe - SUPERPAR

GIVALDO RICARDO DE FREITAS
Superintendente Especial de Comunicação - SUPEC

ZENÓBIA TORRES DOS SANTOS
Diretora Administrativa Financeira

LUIZ HAMILTON SANTANA DE OLIVEIRA
Diretor Presidente
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe - AGRESE

FRANCISCO DE ASSIS DANTAS
Diretor - Presidente
Serviços Gráficos de Sergipe - SEGRASE

Sumário

I. DA IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO	4
II. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	5
III. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - DAF.....	8
IV. SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS - SUPERPLAN	10
V. SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - SUPERPAR.....	27
VI. PALÁCIO MUSEU OLÍMPIO CAMPOS - PMOC	38
VII. AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE – AGRESE..	48

I. DA IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE
Órgão/Entidade: Secretaria de Estado Geral de Governo
Código Unidade Gestora (i-Gesp): 13101
IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE
Denominação Completa: Secretaria de Estado de Governo
Sigla: SEGG
CNPJ: 34.839.420/0001-88
Natureza Jurídica: Administração Direta
Finalidade: A a assistência direta e imediata ao Governador do Estado no desempenho de suas atribuições, em especial nos assuntos relacionados com a coordenação e integração das ações de governo; a avaliação e o monitoramento da ação governamental e dos Órgãos e das Entidades da Administração Pública Estadual, em especial das metas e programas prioritários definidos pelo Governador do Estado; a supervisão e a execução das atividades administrativas da Governadoria Estadual e, supletivamente, da Vice-Governadoria Estadual; a avaliação da ação governamental e do resultado da gestão dos administradores no âmbito dos Órgãos integrantes da Governadoria Estadual e da Vice-Governadoria Estadual; a recepção, triagem, o estudo e o encaminhamento do expediente enviado ao Governador do Estado e a transmissão e o controle da execução das ordens e determinações dele emanadas; a coordenação política entre os Poderes e as esferas administrativas; o cerimonial público; a agenda e coordenação de audiências governamentais e de participação do Governador do Estado em eventos; a administração, manutenção e o controle da ordem dos Palácios de Governo e da residência oficial do Governador do Estado; a supervisão quanto à regulação dos serviços públicos; o assessoramento nas áreas administrativa e parlamentar; a realização do controle prévio das proposições legislativas de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Estadual; a análise técnica dos projetos de lei oriundos da Assembleia Legislativa, em concurso com a PGE; a promoção, a elaboração e o controle de atos oficiais; a análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação na Assembleia Legislativa, com as diretrizes governamentais; a supervisão das atividades de imprensa oficial; a coordenação de ações de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos; a articulação de políticas, visando à eliminação das discriminações que atingem a mulher, garantindo condições de liberdade e equidade de direito; a coordenação de políticas para a promoção da igualdade racial e o combate à discriminação racial e étnica; a coordenação de políticas públicas voltadas à promoção e defesa da cidadania da população LGBT, a partir da inclusão, do combate às desigualdades, violências e discriminações relacionadas às diversidades sexuais e de gênero; o planejamento e a coordenação da ação governamental, mediante a elaboração, o acompanhamento e o controle de planos, programas e projetos, bem como o estudo e a proposição de diretrizes para o desenvolvimento econômico e social sustentável de Sergipe; a elaboração, coordenação, controle e avaliação de planos, programas e projetos governamentais e seus resultados; a coordenação da política de investimentos do Estado; a coordenação e elaboração de projetos e ações para captação de recursos visando ao financiamento de políticas públicas em áreas estratégicas do Estado; a elaboração de estudos, pesquisas, estatísticas e levantamentos geográficos e cartográficos; o relatório anual das atividades do Governo do Estado; bem como outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos das respectivas normas legais e/ou regulamentares.
Telefone/fax contato: (79) 3216-8311 / 3216-8208 / 3216-8270
Gestor ou Ordenador de Despesa: José Carlos Felizola Soares Filho
Página da Internet: www.segg.se.gov.br

Endereço Postal:

Palácio Governador Augusto Franco, Av. Adélia Franco, nº 3305, Bairro Grageru, CEP: 49.027-900

NORMAS LEGAIS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA

- Normas de criação e alterações da Unidade Jurisdicionada: Criada com status de Secretaria de Estado em janeiro de 1995, através da Lei nº 3.591, e suas competências reorganizadas pela lei estadual n.º 8.496 de 28 de Dezembro de 2018.

- Outras Normas Legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

II. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Criada com status de Secretaria de Estado em Dezembro de 2018, através da Lei nº 8.496, com a unificação das Secretarias de Estado da Casa Civil e a Secretaria de Estado de Governo, conforme art. 32, inciso I, desta mesma lei; Tem como objeto a assistência direta e imediata ao Governador do Estado no desempenho de suas atribuições, em especial nos assuntos relacionados com a coordenação e integração das ações de governo; a avaliação e o monitoramento da ação governamental e dos Órgãos e das Entidades da Administração Pública Estadual, em especial das metas e programas prioritários definidos pelo Governador do Estado; a supervisão e a execução das atividades administrativas da Governadoria Estadual e, supletivamente, da Vice-Governadoria Estadual; a avaliação da ação governamental e do resultado da gestão dos administradores no âmbito dos Órgãos integrantes da Governadoria Estadual e da Vice-Governadoria Estadual; a recepção, triagem, o estudo e o encaminhamento do expediente enviado ao Governador do Estado e a transmissão e o controle da execução das ordens e determinações dele emanadas; a coordenação política entre os Poderes e as esferas administrativas; o cerimonial público; a agenda e coordenação de audiências governamentais e de participação do Governador do Estado em eventos; a administração, manutenção e o controle da ordem dos Palácios de Governo e da residência oficial do Governador do Estado; a supervisão quanto à regulação dos serviços públicos; o assessoramento nas áreas administrativa e parlamentar; a realização do controle prévio das proposições legislativas de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Estadual; a análise técnica dos projetos de lei oriundos da Assembleia Legislativa, em concurso com a PGE; a promoção, a elaboração e o controle de atos oficiais; a análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação na Assembleia Legislativa, com as diretrizes governamentais; a supervisão das atividades de imprensa oficial; a coordenação de ações de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos; a articulação de políticas, visando à eliminação das discriminações que atingem a mulher, garantindo condições de liberdade e equidade de direito; a coordenação de políticas para a promoção da igualdade racial e o combate à

discriminação racial e étnica; a coordenação de políticas públicas voltadas à promoção e defesa da cidadania da população LGBT, a partir da inclusão, do combate às desigualdades, violências e discriminações relacionadas às diversidades sexuais e de gênero; o planejamento e a coordenação da ação governamental, mediante a elaboração, o acompanhamento e o controle de planos, programas e projetos, bem como o estudo e a proposição de diretrizes para o desenvolvimento econômico e social sustentável de Sergipe; a elaboração, coordenação, controle e avaliação de planos, programas e projetos governamentais e seus resultados; a coordenação da política de investimentos do Estado; a coordenação e elaboração de projetos e ações para captação de recursos visando ao financiamento de políticas públicas em áreas estratégicas do Estado; a elaboração de estudos, pesquisas, estatísticas e levantamentos geográficos e cartográficos; o relatório anual das atividades do Governo do Estado; bem como outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos das respectivas normas legais e/ou regulamentares..

A SEGG também é responsável pela administração, manutenção e controle da ordem dos Palácios de Governo, e estabelece uma política governamental de assistência aos Municípios e ao relacionamento entre eles, e deles com o Estado.

Integram a estrutura orgânico-administrativa da Secretaria de Estado Geral de Governo, como órgãos da Administração direta:

I- Com subordinação direta ao Secretário de Estado Geral de Governo:

- Gabinete Militar - GM;
- Superintendência Especial de Planejamento, Monitoramento e Captação de Recursos - SUPERPLAN;
- Superintendência Especial de Atos Legislativos - SUPERLEGIS;
- Superintendência Especial de Parcerias Público-Privadas – SUPERPAR
- Superintendência Especial de Comunicação - SUPEC

II- Vinculados a Secretaria de Estado Geral de Governo:

- Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe - AGRESE.
- Serviços Gráficos de Sergipe - SEGRASE;

III - Vinculados a Secretaria de Estado Geral de Governo, com subordinação direta ao Governador do Estado:

- Escritório de Representação do Estado de Sergipe em Brasília - ERESE;

MISSÃO

A Secretaria de Estado Geral de Governo tem como missão, apoiar o governador do Estado de Sergipe nas funções de Chefe do Poder Executivo, bem como articular, acompanhar, coordenar e integrar as ações estratégicas do governo.

VISÃO

Ser reconhecida pela excelência de seu desempenho na articulação, acompanhamento, coordenação e integração das políticas estratégicas do Governo do Estado de Sergipe.

VALORES

Ética, Liderança, Transparência, Credibilidade, Inovação, Resultados, Unidade de Governo, Integração e Transversalidade.

III. Departamento de Administração e Finanças - DAF

Durante o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, sob a gestão do Secretário Sr. José Carlos Felizola Soares Filho, dedicou-se à execução das atividades no cumprimento das suas atribuições, além de todas aquelas decorrentes das necessidades de atuação deste Órgão, no dia a dia, no funcionamento do Governo Estadual, e assim cumpriu perfeitamente todos os itens, os quais constam do Art. 9º da Lei 8.496 de 29 de dezembro de 2018 e 8.557 de 15 de julho de 2019.

- **Execução orçamentária**

A Lei Estadual n. 8.819, de 14 de Janeiro de 2021, aprovada pela Assembleia Legislativa, estimou a receita e fixou a despesa do Orçamento do Estado para o exercício que se examina, a Secretaria de Estado Geral de Governo, iniciou o exercício de 2021, com uma dotação orçamentária de **R\$ 44.710.152,00** (quarenta e quatro milhões, setecentos e dez mil, cento e cinquenta e dois reais).

No decorrer do exercício em questão, houve abertura de crédito adicional entre suplementações e anulações num total de **R\$ 10.610.000,00** (dez milhões, seiscentos e dez mil reais), e o montante de **R\$ 2.281.000,00** (dois milhões, duzentos e oitenta e um mil reais) referente as anulações, remanejamentos internos dentro do orçamento da SEGG.

Desta forma a dotação orçamentária da SEGG foi alterada para R\$ **R\$ 53.039.152,00** (cinquenta e três milhões, trinta e nove mil, cento e cinquenta e dois reais).

Item	Movimentação	Valor
A	Dotação Inicial	44.710.152,00
B	Créditos Adicionais	10.610.000,00
C	Dotação Anulada	(2.281.000,00)
D	Dotação Final (A+B-C)	53.039.152,00
E	Remanejamento de Terceiros	0,00
F	Dotação Consolidada (D + E)	53.039.152,00

Em 31/12/2021 verificamos que o total das **despesas empenhadas** foi no montante de **R\$ 49.526.625,55** (quarenta e nove milhões, quinhentos e vinte seis mil, seiscentos e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

Especificação	Fonte de Recurso	Valor Empenhado R\$
Despesas Correntes – Pessoal e Encargos Sociais	0101	24.892.885,04
Outras Despesas Correntes	0101	19.393.533,83
Despesas de Capital	0101	5.240.206,68
	Total	49.526.625,55

Restando um **saldo Orçamentário** no encerramento do exercício de **R\$ 3.512.526,45** (três milhões quinhentos e doze mil seiscentos e vinte seis reais e quarenta e cinco centavos) provenientes das fontes de recursos 0101 (Recursos Ordinários).

Especificação	Fonte de Recurso	R\$
(A) Dotação Consolidada	0101	53.039.152,00
(B) Despesa Empenhada	0101	49.526.625,55
Saldo Orçamentário = (A-B)	0101	3.512.526,45

1 DESPESAS CORRENTES DA SEGG

Na classificação das despesas aplicadas verificou-se que as despesas correntes efetivamente pagas no decorrer do exercício resultaram:

Resumo de Pagamento por Fonte de Recurso

Especificação	Fonte de Recurso	Valor Pago R\$
Despesas Correntes – Pessoal e Encargos Sociais	0101	23.883.500,82
Outras Despesas Correntes	0101	17.249.530,75
Despesas de Capital	0101	5.240.206,68
	Total	46.373.238,25

2 RESTOS A PAGAR DA SEGG:

Foram inscritos na rubrica Restos a Pagar o montante de **R\$ 3.153.387,30** (três milhões cento e cinquenta e três mil, trezentos e oitenta e sete reais e trinta centavos). conforme detalhamento abaixo:

a) Por especificação

Especificação	Fonte de Recurso	R\$
Não Processados	0101	1.566.185,69
Processados	0101	1.587.201,61
	Total	3.153.387,30

b) Por grupo de despesa

Especificação	Fonte de Recurso	R\$
Despesas Correntes – Pessoal e Encargos Sociais	0101	1.009.384,22
Outras Despesas Correntes	0101	2.144.003,08
Despesa de Capital	0101	0,00
	Total	3.153.387,30

IV. SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS - SUPERPLAN

APRESENTAÇÃO

A Superintendência Especial de Planejamento, Monitoramento e Captação de Recursos (Superplan), unidade administrativa vinculada à Secretaria de Estado Geral de Governo, é responsável por elaborar, coordenar, controlar e avaliar planos, programas e projetos governamentais e seus resultados; coordenar política de investimentos do Estado; coordenar e elaborar projetos e ações para captação de recursos visando ao financiamento de políticas públicas em áreas estratégicas do Estado; elaborar estudos, pesquisas, estatísticas e levantamentos geográficos e cartográficos; elaborar o relatório anual das atividades do Governo do Estado; além de executar outras tarefas correlatas à sua área de atuação.

A seguir, serão apresentadas as principais atividades da Superplan em 2021.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

A Superplan, dando continuidade às ações da Rede de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica, instituída pelo Decreto Nº 40.519/2020, efetuou o monitoramento das metas e a avaliação do Plano Estratégico 2019-2022, durante o ano de 2021.

Nos primeiros meses de 2021, a equipe de planejamento realizou reuniões de monitoramento do Plano visando a avaliação do biênio 19/20, bem como a revisão do quadro de metas para os anos de 2021 e 2022, em conjunto com os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do governo.

Para as competências de 2019 e 2020, a metodologia de avaliação construída permitiu visualizar o grau de cumprimento das metas propostas por duas perspectivas: dos órgãos/entidades ou dos objetivos estratégicos.

Na perspectiva dos órgãos/entidades, dois são os parâmetros de avaliação: a Nota Setorial no Plano (Índice GpR) e o Índice de Desafio. Enquanto o primeiro mede o alcance das metas pelos órgãos/entidades, ponderados por critérios (complexidade, recursos financeiros empregados e impacto social); o segundo expressa o nível de dificuldade para a realização do plano de forma relativa entre os órgãos/entidades.

Com relação aos objetivos estratégicos, a avaliação mediu o grau de cumprimento das metas constantes de cada um dos 20 objetivos estratégicos nos anos de 2019 e 2020. A avaliação possibilitou ainda o diagnóstico dos principais problemas que levaram a descumprimento de metas previstas no plano, ficando claro o impacto negativo da pandemia sobre as execuções das ações.

Gráfico. Alcance das metas para o ano de 2019.

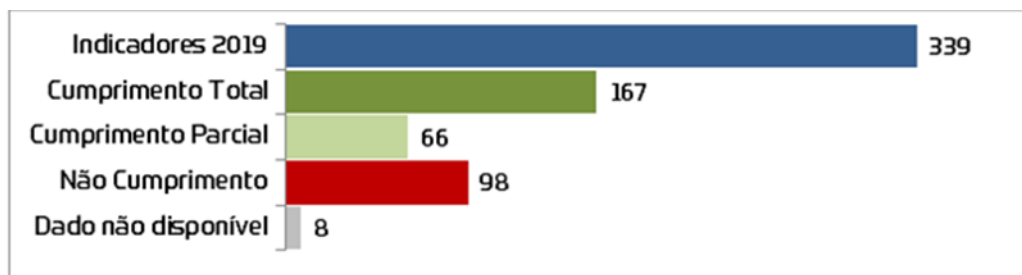
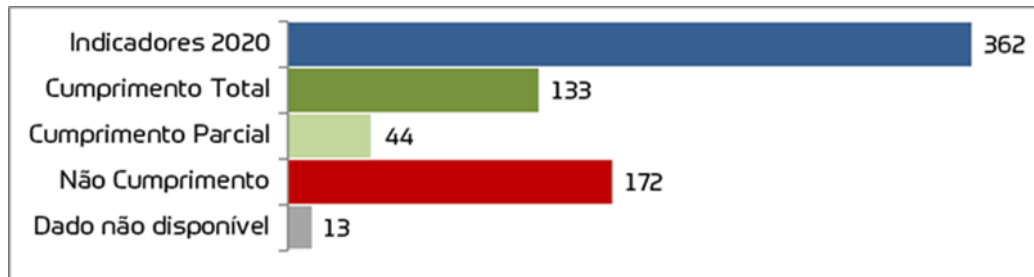


Gráfico. Alcance das Metas para o ano de 2020.



Em decorrência deste processo, no dia 28 de julho, o governador Belivaldo Chagas convocou os gestores dos 1º e 2º Escalões do Governo para uma Reunião de Gestão Estratégica na Biblioteca Epiphânio Dórea, onde foram apresentados os resultados do trabalho de avaliação/revisão pelo Superintendente de Planejamento, Monitoramento e Captação de Recursos Marcel Resende.

Na ocasião, as unidades administrativas elencaram as ações prioritárias a serem executadas nos próximos anos.



No segundo semestre do ano, a equipe da Superplan se ocupou com a coordenação das reuniões de monitoramento objetivando apoiar os órgãos e entidades na consecução das metas de 2021, assim como na priorização das metas de destaque identificadas na Reunião de Gestão Estratégica. As reuniões ocorreram no período de 12 de agosto a 15 de setembro de 2021, de forma virtual.

SISTEMA DE GESTÃO POR RESULTADO (SISGPR)

O SisGpR, inicialmente denominado Sistema de Gerenciamento de Obras (SGO), é uma ferramenta desenvolvida pela Diretoria da Tecnologia da Informação – DTIN, da Superintendência Especial de Comunicação (Supec) em parceria com a equipe da Superplan. No começo, o sistema tinha por objetivo realizar o acompanhamento do percentual de execução física e financeira das obras prioritárias, bem como explicitar seu estágio atual, suas próximas etapas e as eventuais pendências que estejam impactando no seu andamento. No entanto, no decorrer de 2021, o sistema sofreu alterações

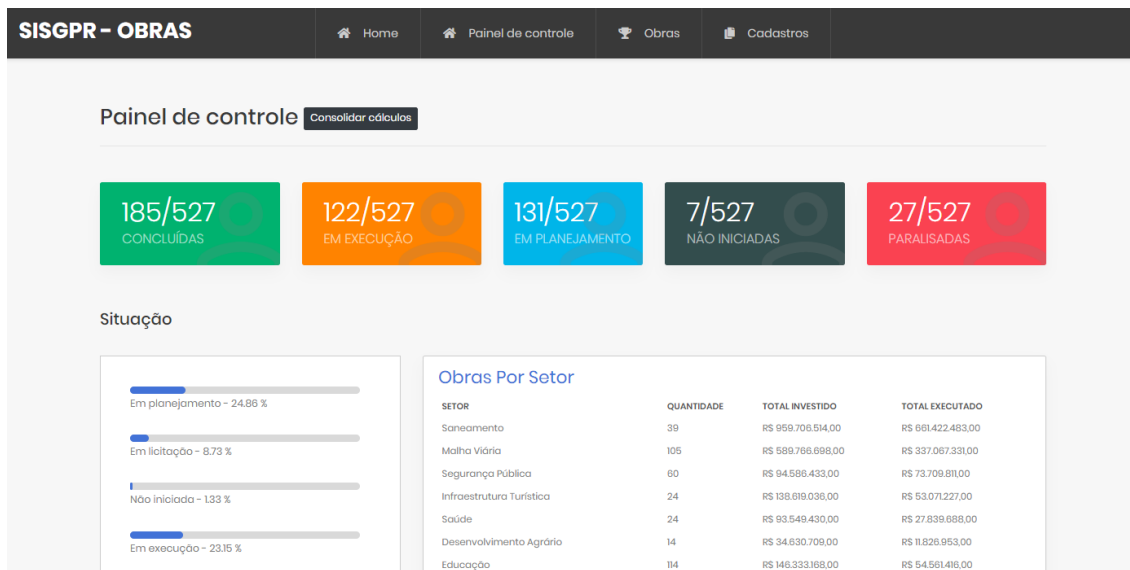
com o intuito ampliar suas funcionalidades e passar a processar maior número de dados relativos aos objetivos do Plano Estratégico, transformando-os em informações coerentes e relevantes para a tomada de decisões em tempo oportuno.

Sendo assim, o SisGpR irá se constituir como o sistema de informação gerencial de planejamento, monitoramento e avaliação do planejamento estratégico do Governo de Sergipe, com base no papel da Superplan neste processo. O SisGpR, desta maneira, representa uma importante estratégia de modernização dentro do Programa de Qualificação em Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas – Qualiplan da Superplan.

SUBSISTEMA DE OBRAS

Em que pese o sistema SisGpR ter sido otimizado, permanece no seu escopo o subsistema de acompanhamento e monitoramento das obras prioritárias do Governo de Sergipe. Vale destacar que o subsistema contempla as obras prioritárias da gestão de maior relevância financeira e/ou impacto na sociedade sergipana.

O subsistema de obras é alimentado por dados mensais enviados à Superplan pelos órgãos executores, por meio de planilhas. Desta forma, no âmbito estratégico, esses dados são processados e convertidos em painéis de controle (resumos) e relatórios gerenciais que subsidiarão as tomadas de decisões.



PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NO ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19

No ano de 2021, a Superplan se consolidou no importante trabalho de combate ao novo coronavírus e à gestão da pandemia no Estado. A superintendência permaneceu concentrando esforços na produção de informações estratégicas e no apoio à tomada de decisão dos altos escalões.

Nesse sentido, a Superplan seguiu coordenando a elaboração das Resoluções e dos Decretos resultantes das reuniões do Comitê Técnico Científico e de Atividades Especiais – CTCAE que sistematicamente revisa e estabelece a adoção de regras e medidas sanitárias necessárias ao combate à pandemia, bem como os critérios técnicos e as fases para a retomada econômica.

Por conseguinte, a Superplan se firmou como responsável pela articulação com a sociedade civil, ficando a cargo do referido órgão receber representantes de sindicatos, de empresas e de trabalhadores que submeteram suas necessidades e propostas ao Governo, com relação ao processo de retomada da economia em Sergipe.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE LONGO PRAZO – SERGIPE 2050

O Sergipe 2050 é uma iniciativa do Governo do Estado de Sergipe para instalar um processo contínuo de reflexão, construção de conhecimento e pactuação de agendas de ação entre entes governamentais, da iniciativa privada e do terceiro setor com vistas a estabelecer um planejamento de longo prazo para o desenvolvimento do Estado de Sergipe.

Dando continuidade a essa iniciativa, o destaque em 2021 foi a promoção de curso de capacitação no qual foi ministrada a metodologia que guiará o planejamento para o desenvolvimento de longo prazo de Sergipe. Participaram do treinamento representantes das instituições que compõem o Comitê Gestor do Sergipe 2050 e de secretarias de governo estratégicas para o desenvolvimento do estado. Além disso, houve reforço na composição do comitê gestor, que passou a contar com a Assembleia Legislativa (Alese) como instituição parceira, e elaboração e divulgação de cronograma de trabalho para as próximas etapas do Sergipe 2050, o qual prevê como entrega para o segundo semestre de 2022 a apresentação dos cenários para o desenvolvimento de longo prazo do estado.



No período de 22 a 26 de novembro, foi promovido o Curso de Capacitação Planejamento por Cenários Prospectivos, ministrado pela professora Dra. Elaine Marcial, uma das maiores referências e mais atuantes especialistas na construção de cenários de longo prazo do país, autora de livros e coordenadora de diversas iniciativas de planejamento de longo prazo, como o Brasil 2035 e Cenários Pós-Covid-19. A metodologia dos Cenários Prospectivos tem sido amplamente utilizada pelas organizações públicas e privadas para apoiar a formulação de estratégias de longo prazo em um ambiente complexo e com alto grau de incerteza.

A capacitação, que teve duração de 40 horas, foi promovida nas dependências do Tiradentes Innovation Center, localizado dentro do Campus da UNIT, e contou com 25 participantes, sendo 08 representantes de instituições parceiras que compõem o Comitê Gestor do Sergipe 2050 e 17 técnicos de secretarias que trabalham com conteúdo estratégico para o desenvolvimento do estado.



O Comitê Gestor do Sergipe 2050, o qual atua enquanto instância executiva e de apoio logístico da iniciativa, passou a contar com a participação da Alese em 2021. Além dela, compõem o comitê as seguintes instituições: Fecomercio, Fies, Sebrae/SE, UFS, Unit, Grupo Tiradentes – UNIT, Instituto Banese e IPTI. A participação da Alese se faz relevante não só pela importância de suas atribuições constitucionais, relacionadas à elaboração de leis com o objetivo de governar em benefício da população e ao controle da execução de ações e atos do Poder Executivo, como também pelo recente esforço, pioneiro no âmbito dos legislativos estaduais, de proposição de diretrizes para o desenvolvimento de longo prazo do estado, materializado através do Plano de Desenvolvimento do Estado de Sergipe (PDES) 2020-2030, apresentado em julho de 2021, o qual entrará como relevante documento de consulta para o exercício de reflexão que se propõe no Sergipe 2050.

Após realização da capacitação em Planejamento por Cenários Prospectivos, a equipe do Sergipe 2050 passou a desenvolver o cronograma de trabalho para 2022, seguindo as etapas da

metodologia ministrada. Está prevista a realização de oficinas temáticas com o intuito de debater o futuro do estado, as quais reunirão os participantes do curso e especialistas a serem convidados, que poderão ser acadêmicos, empresários, pesquisadores ou gestores públicos com grande experiência nos aspectos a serem discutidos.

Planeja-se para o segundo semestre a primeira entrega do Sergipe 2050 à sociedade sergipana, uma versão inaugural dos cenários para o desenvolvimento de longo prazo do estado. A partir desse marco inicial, cada uma das organizações parceiras conseguirá traçar diretrizes e planos de ação para o próximo ciclo de planejamento estratégico de forma mais especializada e a sociedade sergipana estará apta a refletir sobre suas possibilidades e desafios com maior propriedade.

Em 2022, a equipe do Sergipe 2050 ainda pretende avançar na construção da Plataforma Digital Sergipe 2050 e na institucionalização do modelo de governança.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS POR MEIO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DO GOVERNO FEDERAL

a. Emendas Impositivas de Bancada

No ano de 2021, por meio da apresentação de Emendas Impositivas, a Bancada Estadual de Sergipe alocou o valor de R\$ 270.440.840,00 na Lei Orçamentária Anual - 2021 do Governo Federal. Desse montante, R\$ 70.338.307,00 (26% do valor disponível) foram destinados para execução pela Administração Pública Estadual, conforme detalhamento apresentado no quadro abaixo.

Nº da Emenda	Ação Orçamentária	Órgão/Fundo beneficiário	Valor
71270009	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas no Estado de Sergipe	Fundo Estadual de Saúde - FES	R\$ 61.555.268,00
71270012	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe - Cohidro	R\$ 2.062.912,00

71270006	Implantação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres	Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social – Seias	R\$ 6.720.127,00
TOTAL			R\$ 70.338.307,00

Percebe-se que a maior parcela do valor destinado pela Bancada para o Estado de Sergipe foi para reforço das dotações repassadas para unidades de saúde especializada integrantes do SUS a título de procedimentos de médio e alta complexidade.

A Bancada também destinou uma parte dos recursos disponíveis para uma importante ação do Programa Mulher Segura e Protegida do Governo Federal, a Implementação de uma Casa da Mulher Brasileira no município de Aracaju, um espaço que irá ofertar os principais serviços especializados e multidisciplinares da rede de atendimento às mulheres em situação de violência no Estado de Sergipe.

Através das Emendas de Bancada, também foram direcionados recursos para a implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água, ação que será executada pela Cohidro e que consiste na alternativa técnica mais viável para dar suporte às pequenas comunidades que não são atendidas pelas redes de distribuição de água e que sofrem com longos períodos de estiagem e com a insuficiência de recursos hídricos superficiais.

b. Emendas Impositivas Individuais

Para o exercício financeiro de 2021, cada representante de Sergipe no Congresso Nacional pôde alocar o montante R\$ 16.279.986,00 no Orçamento Geral da União – OGU. Do montante que cabe a cada deputado(a) ou senador(a), pelo menos a metade deve ser direcionada para Ações e Serviços Públicos de Saúde. A outra metade, pode ser destinada livremente pelo(a) respectivo(a) parlamentar, respeitando-se o limite de 25 Emendas.

Com o advento da Emenda Constitucional nº 105 de 2019, as Emendas Individuais Impositivas podem ser alocadas através de transferência com finalidade definida, modalidade praticada até então, ou por meio de transferência especial. Nesta última modalidade, os recursos são repassados diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de Convênio, Contrato de Repasse ou instrumento congênere e podem ser aplicados em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo do ente beneficiado, devendo-se respeitar o mínimo de 70% do valor da emenda indicada para investimentos.

No exercício financeiro de 2021, 50% dos recursos disponíveis para serem alocados livremente pelos 11 parlamentares representantes de Sergipe foram destinados na modalidade de Transferência Especial.

Para execução pela Administração Pública Estadual, foram destinados R\$ 4.851.361,00 por meio das Emendas Impositivas Estaduais, sendo 44,73% desse montante na modalidade de Transferência Especial. Abaixo está apresentado o detalhamento dessas Emendas.

Nº da Emenda / Parlamentar	Ação Orçamentária	Objeto	Órgão/Fundo beneficiário	Valor
41440001 – Alessandro Vieira	Transferências Especiais	Reforma de Delegacias em Arauá, Itabaianinha e Capela	Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP	R\$ 500.000,00
41440001 – Alessandro Vieira	Transferências Especiais	Reforma do Padre Pedro e Termo de Fomento com o CIRAS	Seias	R\$ 670.000,00
31000013 – Fábio Mitidieri	Transferências Especiais	Construção quadras de areia em municípios sergipanos e aquisição de material esportivo	Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura - Seduc	R\$ 300.000,00
31000010 – Fábio Mitidieri	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade	Reaparelhamento do Esquadrão de Polícia Montada (EPMONT)	SSP	R\$ 500.000,00
29790003 – Fábio Reis	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	Reforma da Casa de Cultura Silvio Romero no município de Lagarto/SE	Secretaria de Estado do Turismo – Setur	R\$ 960.019,00
36910006 – João Daniel	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas	Reforço das dotações repassadas para unidades de saúde especializada integrantes do SUS a título de procedimentos de médio e alta complexidade	FES	R\$ 721.342,00
26080003 – Laércio Oliveira	Transferências Especiais	Reforma do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade – Sedurbs	R\$ 250.000,00

Nº da Emenda / Parlamentar	Ação Orçamentária	Objeto	Órgão/Fundo beneficiário	Valor
26080015 – Laércio Oliveira	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade	Fortalecer o CBM/SE, por meio da aquisição de viatura caracterizada tipo Posto de Comando Móvel	SSP	R\$ 500.000,00
23310013 – Maria do Carmo	Transferências Especiais	Aquisição de sistema de segurança e controle de acesso para o instituto de criminalística Carlos Menezes e aquisição de viatura tipo Jet Ski para o CBM/SE	SSP	R\$ 450.000,00
TOTAL				R\$ 4.851.361,00

c. Emendas de Relatoria

Outro tipo de Emenda Parlamentar ao Orçamento da União é a Emenda de Relatoria, em que o Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária do respectivo ano realiza as indicações para execução das programações orçamentárias. A dotação prevista para esse tipo de Emenda na LOA 2021 é de R\$ 16,8 bilhões.

Para o exercício financeiro de 2021, o Estado de Sergipe foi contemplado com Emendas de Relatoria em 02 ações orçamentárias: Fomento ao Setor Agropecuário e Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer, conforme detalhamento apresentado abaixo:

Nº da Emenda	Ação Orçamentária	Órgão/Fundo beneficiário	Valor
81000785	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer	Seduc	R\$ 1.300.000,00
81000652	Fomento ao Setor Agropecuário	Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe - Cohidro	R\$ 4.775.000,00
81000652	Fomento ao Setor Agropecuário	Secretaria de Estado da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca - Seagri	R\$ 2.865.000,00
TOTAL			R\$ 8.940.000,00

d. Propostas de Proponente Específico

Fora do âmbito das Emendas Parlamentares, há as propostas de Proponente Específico na Plataforma +Brasil. Por meio dessa modalidade de Proposta, são destinados recursos do Orçamento da União para beneficiários específicos, definidos pelo órgão concedente.

No ano de 2021, o Estado de Sergipe, por meio da Seduc, foi beneficiário de 01 proposta de proponente específico da concedente, no valor de R\$ 695 mil, para reforma e ampliação do Centro de Treinamento de Alto Rendimento da Seleção Brasileira de Ginástica Rítmica em Aracaju/SE. A execução do contrato de repasse firmado terá início em 2022.

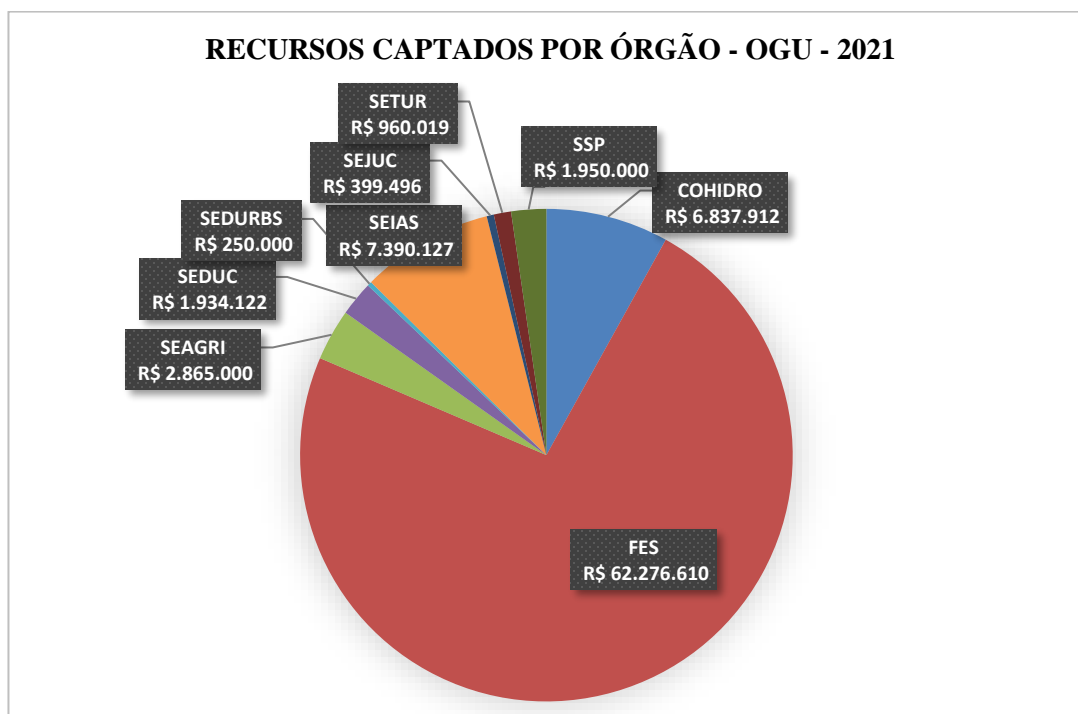
e. Propostas Voluntárias

Outra qualificação de proposta para transferência de recursos da União é a proposta voluntária, neste caso os órgãos interessados no programa disponibilizado pelo Governo Federal enviam suas propostas para análise do órgão concedente pertinente, o qual irá selecionar as propostas que serão contempladas de acordo com os critérios pré-estabelecidos e divulgados no descritivo do programa ou no edital de seleção.

No ano de 2021, Administração Pública Estadual submeteu à análise do Governo Federal 33 Propostas Voluntárias, sendo que 02 foram aprovadas e as demais não foram apreciadas pelo órgão concedente. Abaixo segue detalhamento das propostas voluntárias aprovadas.

Nº da Proposta	Objeto	Órgão beneficiário	Valor
031291/2021	Apoiar a execução dos Censos da Educação Básica dos anos letivos de 2021 e 2022, na preparação, execução, monitoramento das informações e divulgação dos dados.	Seduc	R\$ 334.121,98
040387/2021	Projeto de aprimoramento da infraestrutura e modernização da videoconferência judicial e visita virtual no âmbito do sistema prisional do Estado de Sergipe, de modo a interligar os estabelecimentos penais e unidades que participam da estrutura de execução penal às varas criminais e de execução penal, a estruturas que cooperam para a execução penal, bem como à sociedade civil.	Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa do Consumidor - Sejud	R\$ 399.496,12
TOTAL			R\$ 733.618,10

Considerando as fontes de recurso tratadas acima, o Estado de Sergipe captou via OGU 2021, o montante de R\$ 84.863.286,00. A seguir é apresentado um gráfico que mostra a distribuição desses recursos por órgão beneficiário.



CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PARA OPERACIONALIZAÇÃO DA PLATAFORMA +BRASIL

No ano de 2021, foram realizadas quatro turmas telepresenciais para capacitação de atores estaduais, municipais e do terceiro setor que atuam na execução de recursos oriundos de transferências de recursos da União operacionalizados via Plataforma +Brasil. Ao todo, foram 41 capacitados, conforme detalhado abaixo:

Data de realização da turma	Módulo Aplicado	Quantidade de capacitados
05 a 09 de abril de 2021	Módulos A e B Plataforma +Brasil	11
03 a 07 de maio de 2021	Módulo A Plataforma +Brasil	9
30 de agosto a 03 de setembro de 2021	Módulo A Plataforma +Brasil	15

29 de novembro a 03 de dezembro de 2021	Módulo B Plataforma +Brasil	6
--	------------------------------------	---

Além da exposição de conteúdo teórico que aborda os principais pontos relacionados às transferências de recursos da União e da troca de experiências entre os participantes, a metodologia de ensino consiste em simular o passo a passo da execução de convênios e outros instrumentos congêneres em um ambiente de treinamento da Plataforma +Brasil, promovendo, desta forma, uma participação ativa de todos.

MODELO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO – MEG-TR

O Modelo de Excelência em Gestão das Transferências da União – MEG-Tr é um modelo de referência em gestão organizacional que foi desenvolvido pelo Departamento de Transferências da União - DETRU do Ministério da Economia, e, através dele, os órgãos e entidades públicas deverão realizar ciclos contínuos de avaliação do seu sistema de gestão e dos resultados alcançados. A avaliação irá possibilitar que a organização faça um autodiagnóstico de seu sistema de gestão e de seu desempenho institucional. Com isso, será possível identificar os pontos fracos e os pontos fortes da organização e definir as ações que serão implementadas para elevar a maturidade da gestão e da governança e, conseqüentemente, para aprimorar a efetividade da entrega de valor público à sociedade, alimentando, dessa forma, um processo de melhoria contínua.

Os órgãos e entidades estaduais e os municípios que operam transferências da União via Plataforma +Brasil deverão implementar o MEG-Tr, o que deverá ocorrer, de maneira geral, em 04 etapas:

- Capacitação dos servidores envolvidos;
- Instituição de um Comitê de Aplicação;
- Aplicação de um Instrumento de Melhoria da Gestão - IMG-Tr anualmente (Processo de Autoavaliação);
- Validação e Certificação pelo Departamento de Transferências da União - DETRU do Ministério da Economia.

Para implementação do MEG-Tr no Estado de Sergipe, a equipe de Captação de Recursos da Superplan desenvolveu as seguintes ações:

1) Instituição do Comitê Central de Governança e Gestão, através da Portaria 01/2021 da Secretaria de Estado Geral de Governo, que é responsável por coordenar o processo de implementação do MEG-Tr no âmbito do Poder Executivo Estadual;

2) Realização de encontros virtuais para sensibilização dos atores estaduais nos dias 27 e 29 de abril e 07 de junho de 2021;

3) Encontro virtual para sensibilização dos atores estaduais com parceiros do governo de Mato Grosso do Sul, no dia 27 de maio de 2021;

4) Encontro virtual para sensibilização dos atores estaduais e municipais com palestra de Esaú Mendes Sirqueira, coordenador nacional do MEG-Tr, e participação de Regina Lemos, diretora do Departamento de Transferências da União do Ministério da Economia, no dia 19 de julho de 2021;

5) Realização de curso de capacitação para os atores estaduais, com participação de 22 servidores representantes de 10 órgãos estaduais, no período de 24 a 28 de maio de 2021;

6) Indicação de 24 servidores estaduais representantes de 11 órgãos estaduais e de 09 servidores municipais representantes de 03 municípios sergipanos para participação em turmas de treinamento do MEG-Tr junto ao Departamento de Transferências da União do Ministério da Economia;

7) Elaboração e divulgação de materiais de apoio para implementação do MEG-Tr.

No ano de 2022, a equipe de Captação de Recursos da Superplan realizará novos eventos de sensibilização junto aos municípios sergipanos, em parceria com o Departamento de Transferências da União, e dará continuidade à sua atuação como facilitador, auxiliando os órgãos estaduais e os municípios durante o processo de implementação do MEG-Tr em suas organizações.

4. Elaboração do Caderno de Proposição de Emendas Parlamentares ao PLOA 2022

Em mais um ano foi elaborado Caderno de Proposição de Emendas Parlamentares ao PLOA. Este Caderno reúne Projetos que são prioritários para o Governo Estadual e tem como objetivo subsidiar os Congressistas sergipanos na alocação das emendas parlamentares ao PLOA do ano, buscando uma ação colaborativa e convergente dos poderes legislativo e executivo a fim de incrementar as fontes de recursos e otimizar o gasto público, proporcionando a concretização de projetos e ações voltados para a modernização da gestão pública e para a melhoria da qualidade de vida da população sergipana.



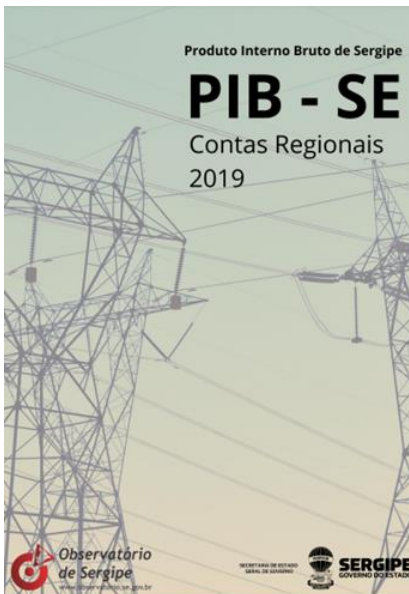
OBSERVATÓRIO DE SERGIPE

Observatório de Sergipe foi responsável pela publicação de inúmeros estudos socioeconômicos, como boletins mensais e trimestrais da economia sergipana, com destaque para mercado de trabalho, comércio exterior, inflação e PIB (Produto Interno Bruto) do estado e dos municípios; e elaboração de vários estudos sociais específicos, como 4 volumes da Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar em Sergipe, o Panorama de Saneamento Básico de Sergipe, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2019 dos municípios, o acompanhamento das Metas do Plano Estadual de Educação para o Fórum Estadual de Educação, dentre outros; além de demandas específicas de diversos órgãos e prefeituras.

Em 2021, o Observatório continuou desempenhando relevante papel na produção de material instrucional sobre o coronavírus. Realizou o monitoramento da pandemia de Covid-19, com destaque para 10 edições do “Boletim Covid-19: Sergipe e Território Nacional”, bem como cartogramas diários e depois semanais para composição dos boletins da Secretaria de Estado da Saúde.

Também atuou ativamente com seus técnicos no Grupo de Trabalho que construiu uma proposta de Plano de Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro de Sergipe, Litoral Sul, que se materializou em projeto de lei encaminhado à Assembleia Legislativa de Sergipe.

Algumas publicações do Observatório em 2021 estão exemplificadas a seguir.



Produto Interno Bruto de Sergipe 2019 (elaborado em 2021)



Perfil da Pecuária Sergipana 2020 (elaborado em 2021)



Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-2019 dos Municípios Sergipanos (elaborado em 2021)



Panorama do saneamento Básico em Sergipe.

V. SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - SUPERPAR

Apresentação

A Superintendência Especial de Parcerias Público-Privadas de Sergipe (SUPERPAR), unidade administrativa vinculada à Secretaria de Estado Geral de Governo, foi criada em 01 de julho de 2019, por meio do Decreto Estadual nº 40.396, sendo responsável pela coordenação executiva e pelas atividades operacionais do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas de Sergipe – PROPPP/SE, nos termos do art. 32, § 7º, da Lei nº 6.299, de 19 de dezembro de 2007.

O Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas de Sergipe – PROPPPSE foi instituído pela Lei Estadual nº 6.299/07 tendo como objetivo disciplinar, promover, fomentar e fiscalizar a atividade de agentes do setor privado que, na condição de parceiros, atuem na implementação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do Estado e ao bem-estar coletivo.

Em julho de 2019, com o objetivo de garantir modernização à gestão pública e atração de investimentos para o Estado, o Governo do Estado de Sergipe reativou o Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas de Sergipe (CGPROPPP/SE), promovendo sua atualização, reestruturação e alinhamento com o planejamento estratégico do Governo.

Destaque-se que o Programa já pôde consagrar entre os objetivos alcançados a inauguração da primeira operação estruturada de concessão, a Central de Abastecimento (CEASA) de Itabaiana, ocorrida em 25/02/21, coroando os estudos técnicos realizados no âmbito da SUPERPAR, em Procedimento de Manifestação de Interesse organizado pela AGRESE e finalmente convertido em concorrência pública, conduzida no âmbito da Secretaria de Estado da Administração (SEAD), mas capitaneada pela Secretaria gestora da política pública de abastecimento: a Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI).

Ainda em 2021, assinamos o contrato decorrente da segunda operação, a qual tem por objeto a concessão onerosa de uso do Centro de Convenções de Sergipe e como unidade proponente a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR). Registre-se que esta concessão trouxe, inclusive, receitas imediatas ao Estado, já que a iniciativa privada pagou ao Estado outorga inicial de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), conforme estabelecido no edital de concorrência pública nº 01/2021.

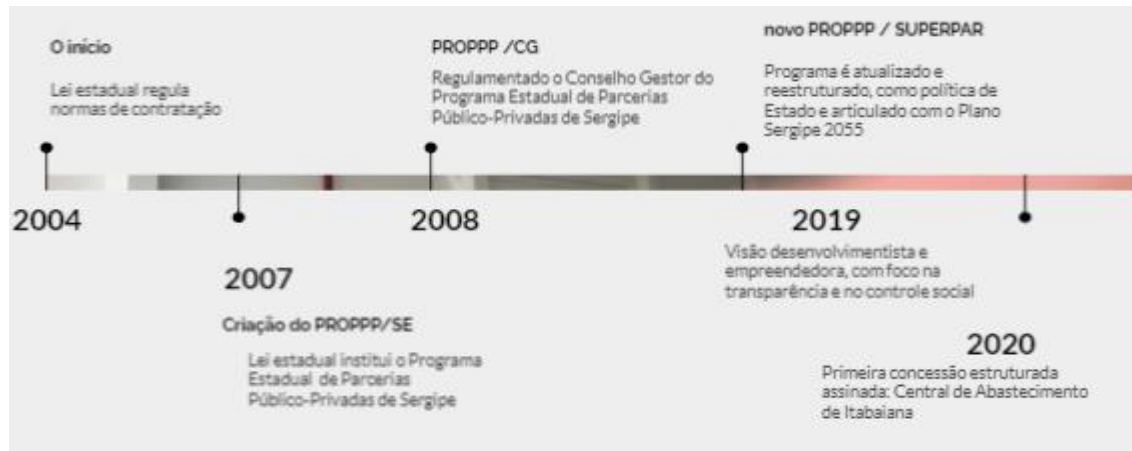


Figura 1: Linha do Tempo do Programa de Parcerias Público-Privadas em Sergipe. Imagem extraída do Plano PPP, disponível no sítio web www.ppp.se.gov.br

Assim, apesar da singularidade do ano de 2021, com todas as consequências nefastas e conhecidas da pandemia da COVID-19, seguimos a trilha original planejada de propiciar, com os instrumentos do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de Sergipe, a melhoria na prestação final de serviços de utilidade pública.

Com o intuito de avaliar os trabalhos desenvolvidos pela SUPERPAR no exercício 2021, apresentamos a seguir o resumo das atividades mais relevantes que direcionaram o trabalho desta unidade administrativa, buscando evidenciar os resultados de sua atuação e o cumprimento das finalidades de sua criação, servindo o presente como um importante instrumento de prestação de contas à sociedade.

Órgão

Superintendência Especial de Parcerias Público-Privadas de Sergipe (SUPERPAR).

Gestor Responsável: José de Oliveira Júnior, com certificação profissional CP3P-F (*Foundation Level*)

Composição

A SUPERPAR é composta por seu Superintendente, José de Oliveira Júnior, e um assessor técnico, Sílvio Sobral Garcez Júnior, ocupante do cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG).

Além destes, a Superintendência conta com a colaboração de servidores de diversos outros órgãos do Estado, em especial das áreas técnicas de suporte como na própria SEGG, SEAD, SEAGRI, SETUR, PGE, SEFAZ e diversos outros órgãos sob demanda.

Competências

Segundo Decreto nº 40.396/2019, à SUPERPAR compete:

- I - Elaborar a proposta do Plano Plurianual do PROPPP/SE, e preparar a minuta de relatório de acompanhamento e avaliação de sua execução, a serem submetidas ao CGPROPPP/SE;
- II - Opinar sobre as propostas preliminares de projetos de PPP;
- III - Acompanhar a realização de estudos técnicos relativos a projetos de PPP, cuja proposta preliminar já tenha sido submetida ao Conselho Gestor, sempre que necessário, manifestando-se formalmente sobre os seus resultados, mediante parecer;
- IV - Dar suporte técnico na elaboração e análise de projetos, editais e contratos, especialmente nos aspectos econômicos e financeiros, às Secretarias de Estado e às Entidades da Administração Pública Estadual diretamente vinculada ao objeto da PPP;
- V - Propor ao CGPROPPP/SE a definição dos serviços prioritários para a execução no regime de parcerias público-privadas e dos critérios para a análise da conveniência e oportunidade de contratação sob esse regime, opinando ainda sobre as manifestações de interesse da iniciativa privada ou sobre os processos de manifestação de interesse de iniciativa do Poder Público;
- VI - Recomendar ao CGPROPPP/SE a autorização para a abertura de procedimentos licitatórios, promovendo o suporte técnico necessário na análise dos projetos básicos, termos de referência, minutas de editais e de contratos e demais documentos pertinentes;
- VII - Promover e assessorar o procedimento licitatório, juntamente com a Procuradoria-Geral do Estado, com a vista à contratação do objeto da PPP;
- VIII - Acompanhar a execução dos processos contratados;
- IX - Orientar ao Conselho Gestor sobre modificações contratuais, inclusive sobre pleitos contratuais de cunho econômico-financeiro;

- X - Organizar e preparar relatórios a serem remetidos à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado sobre as atividades do PROPPP/SE;
- XI - Manter arquivo dos documentos submetidos e expedidos pela SUPERPAR e CGPROPPP/SE;
- XII - Prover o apoio logístico, administrativo, operacional e de coordenação do CGPROPPP/SE;
- XIII - Exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo CGPROPPP/SE
- XIV - Preparar e enviar os avisos de convocação para as reuniões do CGPROPPP/SE;
- XV - Estudar, formular propostas e minutar os atos administrativos expedidos pelo Conselho Gestor;
- XVI - Assessorar, secretariar e providenciar o registro das atas das reuniões do CGPROPPP/SE, promovendo, em seguida, o envio à SEGG para devida publicação no Diário Oficial do Estado e/ou em sítio internet correlato, onde e quando se fizer necessário.

Objetivos

Como responsável pela coordenação executiva e realização das atividades operacionais do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas de Sergipe – PROPPP/SE, a SUPERPAR estabelece como seus objetivos:

- 1) Garantir o conhecimento e aprofundar o estoque de informações em procedimentos referentes à Parcerias Público-Privadas;
- 2) Aprimorar a arquitetura institucional para o desenvolvimento de parcerias de longo prazo e os mecanismos de governança necessários para tanto;
- 3) Incentivar parcerias, incrementando a realização de investimentos privados em infraestrutura pública, fomentando e viabilizando a implantação de projetos de prestação de serviços públicos;
- 4) Desenvolver e aprimorar continuamente a capacidade governamental de gestão e regulação de contratos derivados de PPP;
- 5) Desenvolver mecanismos de transparência e prestação de contas aos contratos e às iniciativas relacionadas às PPP.

Estratégias

- 1) Investir em capacitação, buscando o fortalecimento da qualificação de seus agentes públicos em atividades de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de projetos de Parcerias Público-Privadas;
- 2) Elaborar o Plano de qualificação da equipe técnica da SUPERPAR;
- 3) Revisar e atualizar a Carteira de Projetos para as Parcerias Público-Privadas (PPP) em Sergipe;
- 4) Elaborar o Plano Estadual de Parcerias Público-Privadas de Sergipe;
- 5) Definir o sistema de governança e gestão do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (PROPPP/SE);
- 6) Ampliar e qualificar a prestação de serviços públicos, por meio de parcerias com a iniciativa privada e o terceiro setor;
- 7) Fornecer a estruturação e o suporte necessários aos órgãos do PROPPP, o Colegiado Técnico e o Conselho Gestor para formatação e deliberação de propostas e projetos a serem inseridos no PROPPP/SE;
- 8) Assessorar o Conselho Gestor do PROPPP/SE na aprovação de procedimento de manifestação de interesse (PMI) a ser observado na apresentação de projetos e estudos técnicos que subsidiem a administração pública na estruturação de contratos de alianças com o setor privado;
- 9) Construir e manter atualizado o portal eletrônico do(a) PROPPP/SUPERPAR com o informativo acerca das principais atividades da unidade e do programa;
- 10) Representar o Governo de Sergipe na Rede PPP, designação da Associação de Unidades de PPP dos governos estaduais e de diversos municípios brasileiros;
- 11) Participar da Câmara Técnica do Consórcio Nordeste sobre os Arranjos Públicos-Privados;
- 12) Participar da interlocução com a equipe de gestão do Programa de PPP do Governo Federal, designado PPI (Programa de Parcerias de Investimentos);
- 13) Elaborar o Relatório de Atividades da SUPERPAR e o Relatório Anual destinado à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, conforme previsão legal.

Missão

Permitir que o Estado de Sergipe se beneficie da inovação e eficiência da iniciativa privada na entrega de empreendimentos e serviços de melhor custo e qualidade ao cidadão.

Visão

Ser reconhecida nacionalmente como órgão de excelência no planejamento, monitoramento e avaliação de projetos de Alianças Público-Privadas e na viabilização de uma gestão de Estado eficiente.

Valores

Defendemos a ÉTICA e a TRANSPARÊNCIA na relação com a sociedade e o parceiro privado, promovendo e estimulando o controle social.

Máxima EFICIÊNCIA e ZELO na aplicação dos recursos públicos.

EXCELÊNCIA na estruturação de projetos.

RESPEITO ao meio ambiente.

RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2021

Especificamente em relação ao ano de 2021, destaque-se que a meta inicial proposta a esta Superintendência, referente à assinatura de um contrato de Parceria Público-Privada (PPP) foi satisfatoriamente atingida com a contratação da Concessão Onerosa de Uso do Centro de Convenções de Sergipe, objeto do Contrato SETUR nº 06/2021, firmado em 30/07/2021 entre a Secretaria de Estado do Turismo e a empresa GRUPO AMMALLS, PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E LOCACAO S/A, portadora do CNPJ nº 00.786.765/0001-07.

Registre-se ainda que embora no ano em referência não tenha havido a contratação de Parcerias Público-Privadas em seu sentido estrito, nas modalidades administrativa ou patrocinada, previstas pela Lei Estadual nº 6.299/07, deve ser destacado que projetos como o Centro de Convenções, embora formatados juridicamente como um modelo de concessão de uso - e não PPP em estrito senso- foram estruturados como um projeto de investimento do tipo Project Finance, como recomendado em PPP, com estudos de viabilidade econômico-financeira, construção de indicadores-chave de performance (KPI) e remuneração do parceiro privado baseada em seu desempenho operacional, a ser aferido

durante todo o período da concessão, e com base em métricas e sistema de avaliação previstos contratualmente.

Ainda no ano em referência, a SUPERPAR assessorou a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade nas tratativas para a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com vistas à estruturação de projeto de participação da iniciativa privada na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

O processo se encontra em fase final para assinatura do contrato, após aprovação dos termos da contratação pela Diretoria do BNDES, em reunião realizada em 18 de novembro de 2021.

A contratação do banco federal para a elaboração de estudos técnicos na área de saneamento foi incluída como prioridade no Plano Anual do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, conforme decisão do Conselho Gestor do PROPPPSE, em reunião realizada em 14 de junho de 2021.

Os projetos de desestatização exigem estruturação complexa, que envolve a coordenação e elaboração de estudos técnicos, financeiros e jurídicos de modo a conjugar a atratividade do projeto ao setor privado com o interesse público na prestação de serviços essenciais com a devida qualidade. Nesse intento, tendo em vista os esforços envidados no projeto de contratação do BNDES, não houve a realização de Procedimentos de Manifestação Interesse (PMI) estruturados pela SUPERPAR no ano em referência.

Atividades do Conselho Gestor do PROPPP/SE

O Conselho Gestor do Programa Estadual das Parcerias Público-Privadas do Estado de Sergipe-CGPROPPPSE é o órgão superior de caráter normativo e deliberativo do PROPPP/SE, vinculado à Secretaria de Estado Geral de Governo e possui a seguinte composição:

I - o Secretário de Estado Geral de Governo;

II- o Secretário de Estado da Administração;

III - o Secretário de Estado da Fazenda;

IV - o Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade;

V - o Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia;

VI - o Procurador-Geral do Estado;

VII - até 05 (cinco) membros da sociedade civil organizada de livre escolha do Governador do Estado, nomeados mediante Decreto ou ato normativo.

O Regimento Interno do Conselho Gestor foi aprovado pelo Decreto nº 40407-A, de 12 de julho de 2019. À SUPERPAR compete assessorar, secretariar e providenciar os registros das atas das reuniões do Conselho Gestor.

Em 2021, o Conselho se reuniu em três oportunidades. Em 06/01/2021, reuniu-se para a sua sexta reunião ordinária, tendo sido aprovadas a Modelagem Final do projeto de concessão onerosa de uso do Centro de Convenções de Sergipe bem como a revisão do Plano Anual do PROPPPSE (introdução de projetos voltados ao turismo, esporte e lazer).

Na sétima reunião ordinária, ocorrida em 14/06/2021, foi aprovado o Relatório de Atividades do Programa de Parcerias Público-Privadas referente ao anuênio 2020/2021 (período de jul. de 2020 a jun. 2021) e houve a apreciação e deliberação sobre a revisão do Plano Anual do PROPPPSE (foi conferida prioridade ao estudo/concessão na área de saneamento - fornecimento dos serviços de água e esgotamento sanitário; foi aprovada a interrupção temporária da prioridade estabelecida na reunião anterior para a realização de estudos em projeto voltado ao turismo, esporte e lazer; foi conferida prioridade à ampliação da área da concessão da Ceasa Itabaiana e, por fim, aprovada a inclusão de projetos de autogeração de energia e efficientização energética para atender a demanda de energia elétrica das Unidades Consumidoras do Estado de Sergipe). Após as deliberações, foi aprovada a Resolução 01/2021, contendo o Plano Anual de Parcerias Público-Privadas de Sergipe.

Em sua oitava reunião ordinária, realizada em 14/10/2021, foram apresentados informativos acerca do andamento dos contratos de concessão onerosa de uso do Centro de Convenções de Sergipe e da Central de Abastecimento de Itabaiana bem como informes acerca das tratativas para contratação do BNDES para a estruturação do estudo/concessão na área de saneamento - fornecimento dos serviços de água e esgotamento sanitário, além de informativos acerca de projetos de autogeração de energia e efficientização energética e serviços digitais capitaneados pela Câmara de PPP do Consórcio Nordeste.

Atividades de Capacitação e Visita Técnica

A SUPERPAR participou do grupo de trabalho instituído pelo Decreto nº 40.715/20 para adequar a Política Estadual de Saneamento às inovações legislativas trazidas pelo novo marco nacional de saneamento - Lei (Federal) nº 14.026, de 15 de julho de 2020.

Nesse contexto, após realizar diversas reuniões, estudos e análises, a Comissão concluiu os seus trabalhos, organizando documento conclusivo contendo 07 (sete) produtos que congregam os objetivos de sua criação.

Os encaminhamentos do grupo de trabalho para adequação do Marco Regulatório do Saneamento Básico do Estado de Sergipe, inclusive com proposta de revisão legislativa, aguardam a contratação do BNDES para apresentação aos consultores selecionados pelo banco para a estruturação de Projeto de Participação da Iniciativa Privada na Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e dos Serviços de Gestão Operacional no Estado de Sergipe.

Como unidade de PPP em Sergipe, a SUPERPAR possui comprometimento com a capacitação de seus servidores, de modo a permitir sua atuação com capacidade técnica e autonomia necessárias para suplantar os desafios diários da estruturação de projetos e regulação dos contratos de concessão e PPP.

Neste sentido, buscando o fortalecimento da qualificação de seus agentes públicos em atividades de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de projetos de Parcerias Público-Privadas, a SUPERPAR incentivou/promoveu a participação de seus servidores nos seguintes cursos e eventos, paralelamente ao andamento normal de suas atividades:

Evento: “Planejamento por Cenários Prospectivos - Sergipe 2050”. Período: 22 a 26 de novembro de 2021 (40h). Local: Tiradentes Innovation Center, localizado no Campus da UNIT, Farolândia. O foco desse Curso foi assimilar a utilização da ferramenta de planejamento por cenários prospectivos para sua aplicação organizacional. Considerando que a estruturação de PPP envolve a formatação de projetos de longo prazo, o emprego da técnica prospectiva contribui para a expansão do modelo mental do gestor e para a melhor qualificação de seu processo de tomada de decisão.

Ao longo de 2021, a SUPERPAR recebeu diversos interessados para reuniões, desde órgãos da administração pública direta e indireta como entes privados.

Nesse íterim, foram recebidas as empresas Mobi Engenharia e Serviços Eireli para tratar da concessão de uso do Ceasa Itabaiana; o grupo AMMALLS para tratar da concessão de uso do Centro de Convenções e outros projetos relacionados ao turismo no Estado. Foram recebidos também, como supra mencionado, órgãos da administração pública direta e indireta, tais como SETUR, SEDURBS, SEAGRI, para tratar dos mais variados assuntos, visando sempre o aumento da eficiência na provisão de infraestruturas e serviços públicos, perdida pelo crescimento exagerado do tamanho do Estado.

Foi recebido ainda neste período, na SUPERPAR, o BNDES para tratar a respeito dos serviços e possibilidades de apoio do BNDES ao Governo do Estado na elaboração de estudos técnicos de PPP/Concessões e na formação de alianças público-privadas, especialmente no setor de saneamento.

Em reuniões externas, a SUPERPAR representou o Governo de Sergipe na Rede PPP, designação da associação de Unidades de PPP dos governos estaduais e de diversos municípios brasileiros; participou de reuniões da Câmara Técnica do Consórcio Nordeste sobre os Arranjos Públicos-Privados bem como da interlocução com a equipe de gestão do Programa de PPP do Governo Federal (Programa de Parcerias de Investimentos).

Para a estruturação do projeto de concessão onerosa de uso do Centro de Convenções, houve visitas técnicas da SUPERPAR ao CIC, da qual resultou a incorporação de ajustes no caderno de modelagem operacional, com a propositura de um modelo de negócio versátil, sustentável e que permita ao CIC ser um ambiente frequentado por diversos públicos em diferentes eventos, posicionando-o como um espaço multiuso de referência da região Norte e Nordeste.

Também houve visitas técnicas ao Ceasa de Itabaiana para acompanhar as obras e investimentos realizados pela concessionária para adequar o equipamento à modelagem operacional proposta pela empresa bem como avaliar os resultados dos serviços prestados.

Metas para o próximo exercício

No próximo exercício, a SUPERPAR e Conselho Gestor darão início a novos projetos ampliando o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, além de darem continuidade aos primeiros projetos priorizados, a saber:

Expansão da Central de Abastecimento de Itabaiana

Contrato de Concorrência Pública nº 02/2020 - CEASA / Itabaiana

Setor: infraestrutura

Meta: Assinatura de aditivo contratual

Expansão das instalações físicas da Central de Abastecimento (CEASA) de Itabaiana, no âmbito do contrato de concessão onerosa de uso nº 002/2020/SEAGRI, mediante desapropriação de terrenos limítrofes/adjacentes, para assegurar a manutenção de uma operação comercial e logística segura e eficiente e o pleno cumprimento de seu importante papel como centro de distribuição de alimentos do Estado.

Concessão de saneamento básico (serviços públicos de fornecimento de água e esgotamento sanitário)

Contratação do BNDES para realização dos estudos técnicos

Previsão da contratação: 08/2021

Setor: saneamento básico

Meta: Realização dos estudos técnicos

Autogeração de energia elétrica e eficiência energética

Setor: Energia

Estruturação de projetos de autogeração de energia elétrica e eficiência energética para atender a demanda das Unidades Consumidoras do Estado de Sergipe

Conclusões

O Programa de PPP de Sergipe, inobstante os efeitos da COVID-19, conseguiu alcançar as metas que lhe foram propostas para o ano em referência, com a assinatura de um contrato de operação estruturada em PPP (concessão onerosa de uso do Centro de Convenções de Sergipe). Embora não tenha havido a elaboração de termo de referência de Procedimento de Manifestação Interesse (PMI), a SUPERPAR emvidou esforços para a estruturação de projeto de concessão na área de saneamento básico (serviços públicos de fornecimento de água e esgotamento sanitário), mediante tratativas para a contratação do BNDES, por inexigibilidade de licitação, em substituição ao PMI. O processo se encontra em fase final para assinatura do contrato.

Destacam-se ainda o cumprimento dos objetivos concernentes à qualificação de servidores para a realização de atividades em todas as fases necessárias à execução de PPP e o pleno funcionamento do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas.

Assim, a conclusão que alcançamos é que o Estado de Sergipe, a partir das medidas já adotadas pelo Governador Belivaldo Chagas, está trilhando um caminho de sucesso para a incorporação das parcerias público-privadas aos instrumentos usuais de gestão pública, permitindo alcançar os objetivos do Governo para a prestação final de melhores serviços aos cidadãos.

VI. Palácio Museu Olímpio Campos - PMOC

APRESENTAÇÃO

O Palácio-Museu Olímpio Campos, doravante denominado “PMOC” é constituído como uma unidade administrativa, integrante da estrutura organizacional da Secretaria de Estado Geral de Governo, por meio do disposto no art. 1.º da Lei 6.874 de 11 de janeiro de 2010 e caracteriza-se como instituição de natureza museológica, educacional e política, com o objetivo de preservar os suportes materiais e imateriais da memória histórica, cultural e política de Sergipe, ampliando o conhecimento da sociedade através de pesquisas, e da preservação de acervos patrimoniais, dentro de um conceito contemporâneo e dinâmico da museologia, mostrando que todo ser humano, independente de classe social e nível de formação é um transformador da realidade a partir da relação com o objeto musealizado.

Seu prédio tombado como Patrimônio Histórico pela Lei 6.874 de 28 de janeiro de 1985. Como Museu, seus principais objetivos são: Conservação, estudo, inventariação e divulgação do acervo existente na unidade administrativa, bem como o que considera de interesse relevante para a preservação da memória política do Estado de Sergipe e da República Federativa do Brasil.

A estrutura administrativa básica do PMOC foi definida pelo art. 3.º da Lei Estadual 6.874 de 11 de janeiro de 2010, tendo a seguinte composição:

1. Diretoria de Administração Geral: Sendo esta a responsável por coordenar, acompanhar e supervisionar as ações desenvolvidas pelas equipes técnico-administrativa em PMOC, destacamos que em 2021, ano em que se proliferou a pandemia (Covid-19), as atividades dos órgãos Estadual estavam sendo realizadas seguindo as determinações dos decretos e resoluções, onde servidores trabalhavam de

forma remota ou presencial desde que não apresentassem comorbidade, deste modo o PMOC realizou algumas ações..

Diretamente ligadas a Diretoria de Administração Geral encontram-se:

1.1. Coordenadoria de Acervo Museológico: cujas principais atribuições são o planejamento, coordenação e execução de atividades de pesquisa e preservação de acervos existentes no PMOC, bem como sua organização e documentação do acervo sob a sua guarda.

1.2. Coordenadoria de Pesquisa e Ações Educativas: tendo com atribuições mais relevantes a realização de pesquisas que subsidiem ações sócio educativas e culturais; a proposição e coordenação de programas e projetos relativos a área sob sua responsabilidade além da indicação da aquisição de acervos arquivísticos e bibliográficos, organizando-os de forma adequada as suas particularidades.

PRINCIPAIS DESAFIOS DO PMOC

- Conservação, estudo, inventariação como também divulgação do acervo existente na unidade administrativa, bem como a incorporação de todos os materiais museológicos que se considerem de interesse relevante para a preservação da memória política do Estado de Sergipe e da República Federativa do Brasil.

1. Diretoria de Administração Geral – desenvolveu no exercício de 2021.

- **Atividades realizadas no período:**

1- Despachos administrativo:

Sempre conduzido pelo Excelentíssimo Senhor Belivaldo Chagas, Governador do Estado de Sergipe, em PMOC acontecem audiências e despachos administrativos, nesse espaço o Governador recebe personalidades de Sergipe e de outros Inter federativos onde são tratados assuntos relativos e de interesse do nosso Estado.

2- Acontecimentos:

2.1- Ocorreram duas entrevistas concedidas pelo Governador do Estado, onde foram tratados assuntos relativos a pandemias (covid-19), economia, flexibilização das atividades entre outros.

2.2- A TV Sergipe representada pela repórter Carla Suzane, realizou uma gravação para o programa 50 anos de existência da emissora.

2.3- A TV Câmera convidou a profa. Izaura Júlia de O. Ramos, funcionária do PMOC para comentar sobre 15 de novembro (Proclamação da República).

2.4 - A TV ALESE realizou matéria para falar sobre o 8 de julho, (Emancipação de Sergipe).

3- Reforma:

A reforma do Salão de jantar em PMOC foi iniciada em 02 de fevereiro de 2021, sendo a CEHOP o órgão responsável por fiscalizar e acompanhar à empresa Essencial, sendo esta a responsável pela execução dos serviços, que hoje se encontra paralisada.

Ainda em PMOC áreas internas e externas passaram por manutenção, a exemplo dos espaços existentes no pavimento térreo.

Iniciando no Hall de entrada e chegando ao estacionamento interno, realizou-se a manutenção em paredes, portas, janelas e esquadilhas de ferro, além da substituição dos vidros do portão principal.

4- Reforma (2):

Trocas dos aparelhos de ar condicionados das salas:

Chefia do Gabinete, Gab. Governador, Gab. do Secretário, Sala dos Vigilantes e multe-eventos. Destacamos a climatização dos salões do pavimento superior; (Salão Nobre, Sala de Reuniões e Salão de Recepção), todos receberam aparelhos de ar condicionado compatível com suas dimensões.

5- Ampliação das instalações:

Com o acréscimo do prédio da PGE para a SEGG, os setores administrativos do PMOC foram transferidos para uma área em anexo.

6- Projeto Combate a Incêndio:

Início em Junho de 2021.

Aprovado em Novembro de 2021.

SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO:

1. Vigilância:

Acompanhar, orientar e supervisionar a execução dos trabalhos desempenhados pelos colaboradores da empresa de Segurança Patrimonial (PRESERVE), composta por 14 profissionais que atendem ao PMOC e PGE Centro.

2. Higienização e manutenção:

Acompanhar, orientar e supervisionar a execução dos trabalhos desempenhados pelos colaboradores da empresa (PRIME), em todos os seus âmbitos, composta por 07 profissionais em PMOC.

3. Outros Contratos:

- **ELEVADOR:** Acompanhar, orientar e supervisionar a execução no serviço do elevador pela empresa (Manu técnica).

- **AR CONDICIONADO:** Acompanhar, orientar e supervisionar a instalação e/ou prevenção dos ar condicionados, realizado pela empresa (SANEANDO).

IMPRESSORA: Acompanhar a execução dos serviços nas impressoras em PMOC que são realizadas pela empresa (Print Page).

2 - Coordenadoria de Acervo Museológico

O ano de 2021 foi um ano atípico para todas as instituições guardiãs da memória em todo o Brasil, no Palácio Museu Olímpio Campos a realidade não foi diferente. Devido a pandemia do NOVO CORONA VIRUS, a instituição permaneceu fechada para a visitação do público em geral ao longo de todo ano. Durante esse período direcionamos os nossos esforços aos trabalhos técnicos, sobretudo de preservação e documentação do acervo e revisão da expografia.

Colaboramos ainda com ações que tendem a contribuir com as atividades palacianas do referido Palácio Museu.

- Entre os meses de janeiro, fevereiro e março trabalhamos de maneira efetiva auxiliando a equipe de Governo na recepção e acomodação das autoridades políticas e demais convidados para despachar com o Excelentíssimo Senhor Governador Belivaldo Chagas e o Senhor Secretário Jose Carlos Felizola. Fora deste período ainda desenvolvemos tais funções sempre que o Governador se fez presente no Palácio Museu.

- Em abril e maio iniciamos a organização do novo espaço destinado ao Centro de Pesquisa no prédio anexo ao Palácio Museu Olímpio Campos, espaço que hoje abriga as salas administrativas do PMOC. Na ocasião organizamos o mobiliário no espaço e distribuimos os livros nas estantes.

- Durante os meses de maio e junho trabalhamos no recebimento, catalogação e guarda dos materiais oriundas do Palácio Governador Augusto Franco.

- Ainda como parte fundamental da missão de uma casa de memória, auxiliamos dois pesquisadores a realizar os seus trabalhos sobre temas que perpassam a temática institucional, durante os meses de junho e dezembro.

- Nos meses de agosto e setembro foi feito o trabalho de higienização mecânica e química em parte de nosso acervo musealizado, a exemplo da coleção de telas da Galeria de Artes, colchas e lençóis dos dormitórios, esculturas em bronze e utensílios em metal niquelado, presentes na Galeria dos Ex-Governadores, Gabinete do Governador do primeiro andar e Quarto 1 (quarto de hóspedes).

- Com a instalação de ar-condicionado em espaços expositivos como: Salão de Reuniões, Salão de Recepção e Salão Nobre, houve a necessidade de uma readequação de expografia dos referidos espaços, o que ocorreu entre os meses de setembro e outubro.

- Diante das alterações ocorridas na expografia do museu ao longo dos anos de 2020 e 2021 houve a necessidade de se realizar um novo arrolamento de todo o nosso acervo e de uma nova organização das fichas de inventários por espaços, algo que teve início entre os meses de outubro e novembro.

- Ainda em novembro demos continuidade a parceria firmada com a Fundação de Cultura e Arte Aperipê – FUNCAP, na realização do CULTURAT. Na ocasião oferecemos as devidas instalações para acomodar os artistas que necessitaram de locais para seus ensaios antes das apresentações. Por fim cedemos um local onde foi servido o lanche.

- Entre os meses de novembro e dezembro foi dado início a seleção de estagiários das áreas de Museologia, Ciências sociais, História, Turismo e Jornalismo. Estes irão contribuir com o trabalho de monitoramento do público visitante e com trabalhos de pesquisa de acordo com as suas áreas acadêmicas.

3. Coordenadoria de Pesquisa e Ações Educativas:

A Coordenação de Pesquisa e Educação esteve fechada por cerca de um (01) ano devido às condições do Estado em relação ao enfrentamento da COVID 19.

Em 2018 já estávamos funcionando no prédio anexo ao prédio oficial do Palácio, que no passado pertencia ao mesmo; por um bom tempo foi sede da Procuradoria Geral do Estado. Com a saída da Procuradoria, ficou um tempo abandonado e no governo de Belivaldo Chagas, retornou para o comando do Palácio.

Em 2020, aconteceu a mudança de sala, para uma sala maior e mais espaçosa, melhorando as condições de trabalho e de cuidados com os poucos livros que ficaram sob nossa responsabilidade.

No mês de agosto de 2021, a equipe da Coordenação de Pesquisa e Educação retornou aos trabalhos presenciais e de imediato realizamos ações como:

- 3.1 - Reorganizamos o espaço, modificando a posição das estantes onde estão os livros, e centralizando a mesa de pesquisa;
- 3.2 - Realizamos a higienização dos livros com bastante cuidado, por serem obras antigas com prioridade para os autores sergipanos;
- 3.3 - Realizamos uma nova organização dos livros nas estantes;
- 3.4- Recebemos doação de alguns livros da SEGRASE, para compor o nosso acervo;
- 3.5 -Recebemos da escritora Ana Medina e do Presidente da Academia Sergipana de letras a doação de alguns exemplares para compor o nosso acervo;
- 3.6 - Tivemos no segundo semestre, pesquisadores em busca de complemento para as pesquisas relacionadas aos seus trabalhos científicos;
- 3.7 - No campo da pesquisa complementamos a biografia dos Governadores no site do Palácio;
- 3.8 - Demos continuidade ao trabalho de pesquisa referente às primeiras damas e aos vices Governadores que esperamos concluir no final do mês de dezembro;
- 3.9 - Continuamos através de pesquisas na organização das pastas digitais dos governadores de Sergipe, o que pretendemos terminas em janeiro de 2022;
- 3.10 - Iniciamos a revisão e mudança da apostilha utilizada pelos estagiários como base de seu trabalho diário;
- 3.11 - Iniciamos a revisão textual da expografia do Palácio para inserirmos à nova estruturação do prédio;
- 3.12 - Continuamos ajudando a Coordenação de Museologia na elaboração do inventário do acervo museológico.

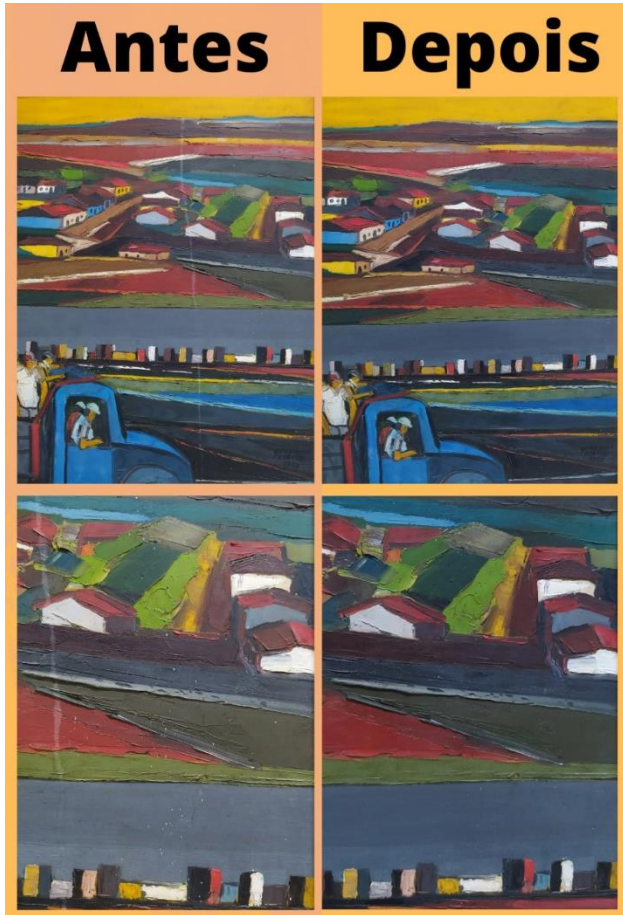
**AÇÕES REALIZADAS PELO PMOC NO EXERCÍCIO 2021
(ATUAÇÃO DAS COORDENAÇÕES QUE FORMAM O PMOC)**

ANEXOS

Última edição do CULTURART / FUNCAP, realizada no dia 22 de outubro.



Resultado do trabalho de higienização química e mecânica de parte do acervo, realizado entre os meses de agosto e setembro.



Novo espaço do Centro de Pesquisa e Ações Educativas.



Obras doadas ao Centro de Pesquisa e Ações Educativas/PMOC



VII. Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe - AGRESE

APRESENTAÇÃO

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe (Agrese) é uma autarquia especial, vinculada à Secretaria de Estado Geral de Governo, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia técnica, funcional, decisória, administrativa e financeira, dotada de patrimônio e receitas próprias, com sede na cidade de Aracaju/SE.

Regulamentada pelas Leis nº: 6.661, de 28 de agosto de 2009 e nº: 8.442, de 05 de julho de 2018, atua em todo território estadual, para promover e zelar pela eficiência econômica e técnica dos serviços públicos, propiciando aos seus usuários as condições de regularidade, continuidade, segurança, atualidade, universalidade e modicidade tarifária dos serviços por ela regulados.

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO

NOME DO ÓRGÃO	AGRESE- AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SERGIPE
GESTOR RESPONSÁVEL	Luiz Hamilton Santana de Oliveira (Diretor-Presidente)
PERÍODO DE ATIVIDADES	2021

IDENTIDADE ESTRATÉGICA

MISSÃO

Servir à sociedade sergipana com transparência, mediando os interesses do Poder Concedente, dos usuários e prestadores de serviços públicos, com o objetivo de garantir a qualidade dos serviços e a modicidade dos preços.

VISÃO

Ser reconhecida como instrumento efetivo na regulação e fiscalização dos serviços públicos delegados, visando à máxima transparência de suas ações como também a satisfação dos seus clientes e usuários.

FUTURO

A Agrese será uma Agência Reguladora de referência nacional, dotada de autonomia técnica, funcional, decisória, administrativa e financeira, patrimônio e receitas próprias, através de sua competência técnica e do reconhecimento dos agentes participantes do ambiente regulatório, atuando plenamente em todos os setores passíveis de regulação. Ser reconhecida pela sociedade sergipana como instrumento efetivo na melhoria da qualidade dos serviços públicos regulados, consolidando-se como Agência Reguladora de referência nacional.

PRINCIPAIS OBJETIVOS

Promover a estabilidade nas relações entre o Poder Concedente, entidades reguladas e usuários;

Promover e zelar pela eficiência econômica e técnica dos serviços públicos submetidos à sua competência regulatória;

Estimular a expansão e a modernização dos serviços, de modo a buscar a sua universalização e a melhoria dos padrões de qualidade;

Estimular a livre, ampla e justa competição entre as entidades reguladas, bem como, corrigir os efeitos da competição imperfeita;

Fixar regras procedimentais claras, inclusive em relação ao estabelecimento, revisão, reajuste e aprovação de tarifas, que permitam a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro dos contratos de concessões e termos de permissões dos serviços públicos.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2021, 152 (cento e cinquenta e duas) unidades de estação de gás canalizado foram fiscalizadas, o que representa um aumento de 186,8% em comparação ao ano de 2020 (Gráfico 01).

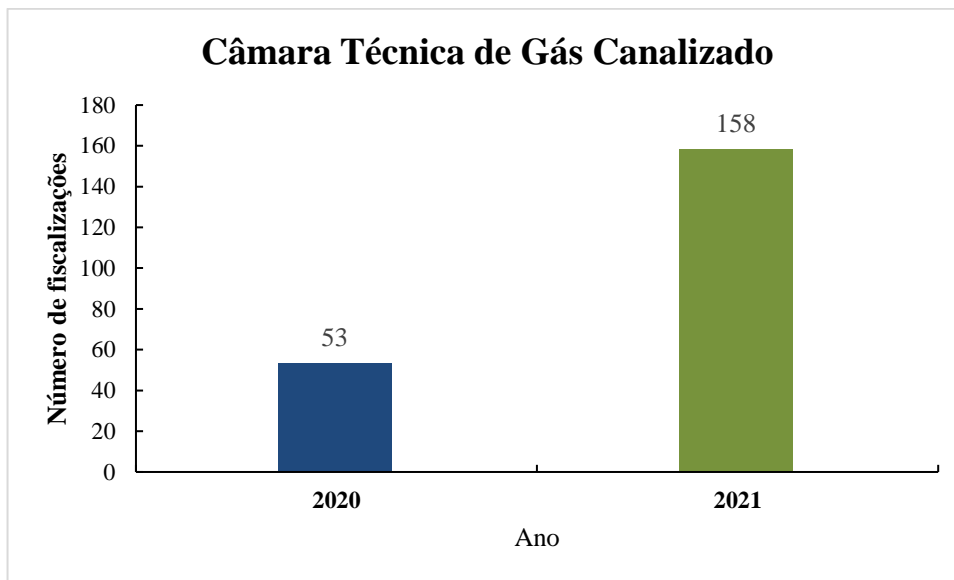


Gráfico 01: Comparativo anual de fiscalização Câmara Técnica de Gás Canalizado.

Em 2021 foram realizadas 32 (trinta e duas) fiscalizações na área de Saneamento Básico, um crescimento de 10,34% em relação ao realizado no ano anterior, tais dados estão dispostos no gráfico 02 abaixo.

Em 2021 foram feitas fiscalizações na área de Saneamento Básico em 29 (vinte e nove) municípios do estado de Sergipe, um crescimento de 16% em relação ao número de municípios em que houve fiscalização em 2020.

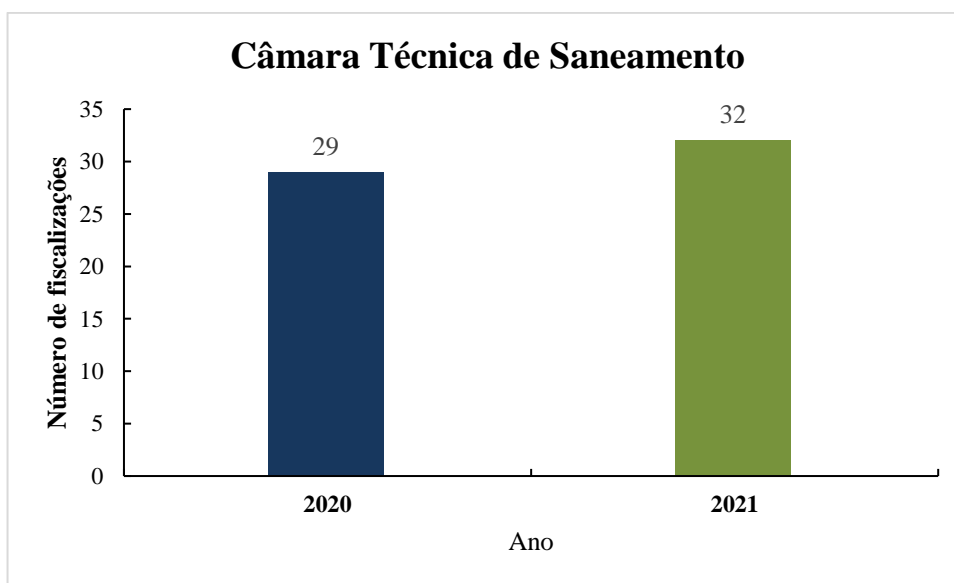


Gráfico 02: Comparativo anual de fiscalização Câmara Técnica de Saneamento.

As ações da Câmara Técnica de Energia Elétrica - CAMEE consistiram nas atividades descritas nos Contratos de Metas nº 019, 020, 021 e 022 – ANEEL, celebrado em janeiro de 2021, com objetivo de autorizar a execução descentralizada das atividades complementares da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade (SFE), da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF), da Superintendência de Medicação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação (SMA) e Assessoria Institucional da Diretoria (AID).

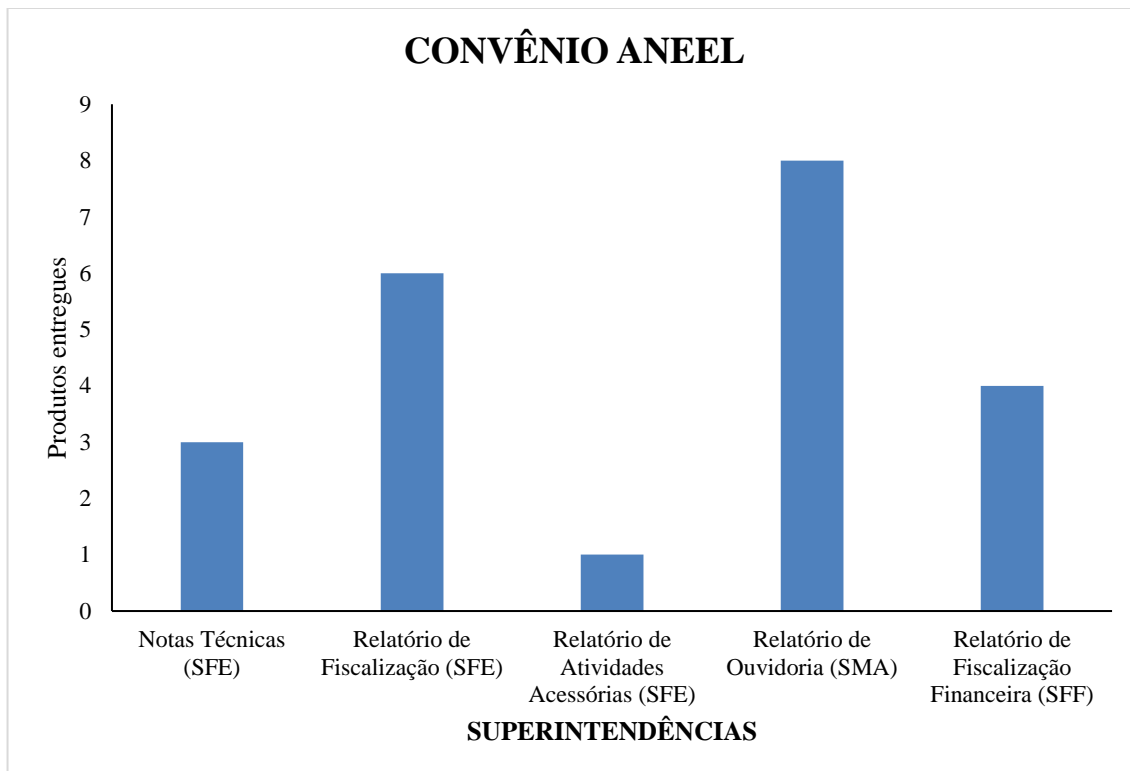


Gráfico 03: Produtos entregues a ANEEL por Superintendência.

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe- Agrese está inserida no PPA 2020-2023 no referido objetivo abaixo descrito:

Objetivo: 0005

Ampliar e intensificar a implantação e fiscalização das concessões, com adoção de medidas para modernização e regulação dos serviços públicos, atuando na defesa, na proteção dos direitos aos usuários, bem como na melhoria dos padrões de qualidade dos serviços prestados por concessionários e permissionários delegados pelo Estado de Sergipe.

Órgão Responsável: Secretaria de Estado Geral de Governo – SEGG

Caracterização: A Secretaria de Estado geral de Governo, através da AGRESE – Agência Reguladora de Serviços Públicos de Sergipe concretizará a implantação de sua estrutura técnico-administrativa, incluindo a criação de mais outras Câmaras Técnicas Setoriais, atuante nas diversas áreas que a compete, uma vez que já implantou as Câmaras Técnicas Setoriais de Gás e Saneamento. Neste cenário, as concessões e permissões públicas se mostram uma forma interessante para que os entes públicos possam manter a qualidade dos serviços ofertados ao cidadão ao tempo em que realiza-los com parcerias públicas privadas. Entretanto, cria-se a necessidade de uma regulação e fiscalização nas mais diversas áreas dos serviços delegados pelo Estado, e através da Agência reguladora, o Estado promove tal serviço via Câmaras Técnicas específicas.

A busca de parcerias com o empresariado privado e a sociedade civil organizada, aliadas a modernização de sua gestão e do repensar sobre seu papel - um Estado cada vez menos interventor no mercado - tem, neste sentido, como uma de suas mais importantes medidas a concessão/permissão para execução de serviços públicos por terceiros, sendo os mesmos regulados e fiscalizados por uma agência, autarquia especial com competência para tal fim.

A intensificação das fiscalizações nas empresas concessionária e permissionárias do Estado de Sergipe converge com os Objetivos Estratégicos do Governo no sentido de melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, e faz-se necessário à medida que a sociedade se torna mais conhecedora de seus direitos e, por conseguinte mais exigente.

Este objetivo garante que as câmaras técnicas tenham condições operacionais para a realização da atividade fim da Agência, na qual seja regular e fiscalizar as concessões e permissões de serviços públicos, mantendo um padrão de qualidade necessário à satisfação dos anseios do cidadão sergipano.

Metas 2020-2023:

- Implantar a Câmara Técnica Setorial, atuante na área energia elétrica até 2020;**
- Implantar a Câmara Técnica Setorial, atuante na área tarifária até 2021;*
- Implantar a Câmara Técnica Setorial, atuante na área de transporte intermunicipal de passageiros até 2023;*
- Implantar a Câmara Técnica Setorial, atuante na área de rodovias até 2023;*

- *Capacitar 100% dos servidores, que atuam no âmbito da AGRESE para fiscalização dos concessionários e permissionários dos serviços públicos delegados.*

Dado o objetivo do PPA 2020-2023 onde a Agrese está presente, passa-se a um breve resumo das atividades desenvolvidas pela agência no ano de 2021, com o foco na fiscalização dos serviços públicos concedidos pelo governo do Estado de Sergipe. Além disso, são informadas as principais ações da Câmara Técnica de Energia Elétrica, criada em 2020, por razão da celebração do Convênio de Descentralização com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, como também mais informações sobre o trabalho realizado pela Ouvidoria da Agrese neste ano.

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS EM 2021

DIRETORIA TÉCNICA

CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO (CAMSAN)

A fiscalização técnica na área de Saneamento básico é o conjunto de etapas e procedimentos mediante os quais a Agrese verifica o cumprimento de aspectos que envolvem o atendimento comercial da Deso aos usuários, além da produção, tratamento, adução, preservação, distribuição, controle e qualidade da água, assim como coleta, tratamento, disposição final e a qualidade do esgoto tratado, com base nas leis, normas e regulamentos aplicáveis à prestação dos serviços.

O atual quadro de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos 75 (setenta e cinco) municípios sergipanos, é caracterizado pela atuação majoritária da DESO, atuando em 73 (setenta e três) municípios, dos quais 71 (setenta e uma) sedes municipais e atuação em 2 (dois) municípios fora da sede municipal (São Cristóvão e Estância). Nos municípios de Carmópolis, Capela, Estância e São Cristóvão, a prestação de serviços de água e esgoto é realizada através de Autarquias Municipais de Água e Esgoto (SAAE's).

Além dos relatórios de fiscalização, visando dar maior transparência à sociedade sobre a qualidade de vários aspectos da prestação dos serviços regulados pela Agrese, foi criado pela Câmara Técnica de Saneamento o Boletim de Avaliação de Desempenho dos Serviços de Abastecimento de

Água, no qual é disponibilizado no site da Agência Reguladora informações sobre a qualidade da água distribuída nos 73 municípios em que a Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso) atua no estado.

Dentre as informações contidas no Boletim são diagnosticados os parâmetros: Cloro Residual Livre, Cor Aparente, Turbidez, Coliformes totais e Escherichia coli, parâmetros estes que são disponibilizados pela Deso na fatura do usuário.

Como exemplo, traz a seguir, gráficos contendo o percentual de não conformidades encontrado nas análises dos relatórios operacionais de qualidade da água distribuída da Região Metropolitana, que representa 41,95% da população do estado de Sergipe, os quais estão incluídos os municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, no período de janeiro/2020 a novembro/2020 para os parâmetros de Cloro Residual Livre, Cor Aparente e Turbidez.

Com os resultados obtidos, foram criados gráficos que mostram as médias dos percentuais de Não Conformidades por município da região.

Cloro Residual Livre

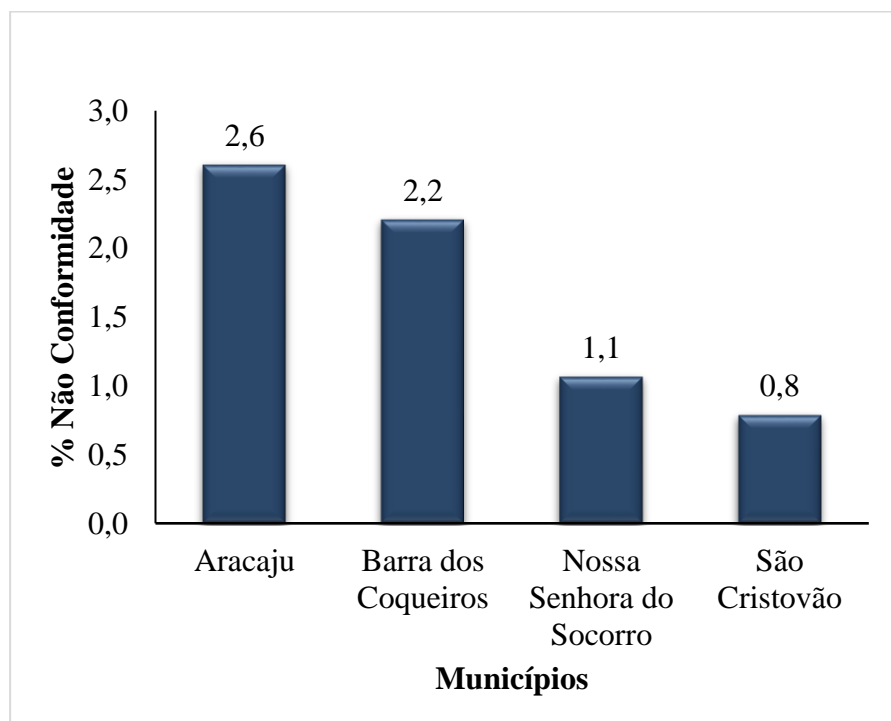


Gráfico 04: Porcentagem de não conformidade para o parâmetro Cloro Residual Livre na rede de distribuição de água dos municípios da Região Metropolitana.

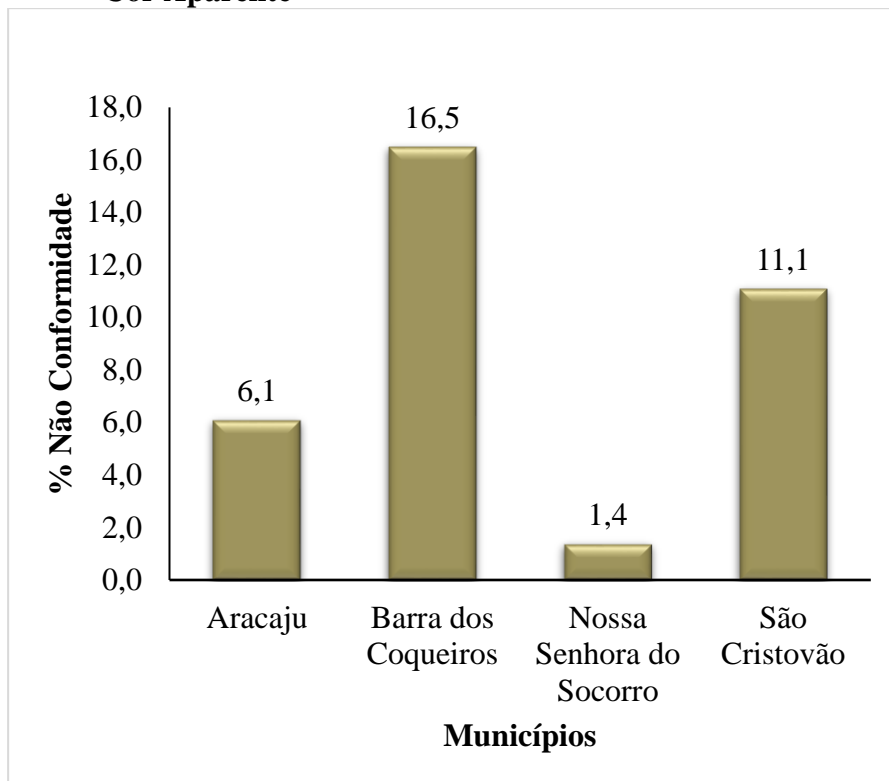
Cor Aparente

Gráfico 05: Porcentagem de não conformidade para o parâmetro Cloro Residual Livre na rede de distribuição de água dos municípios da Região Metropolitana.

Turbidez

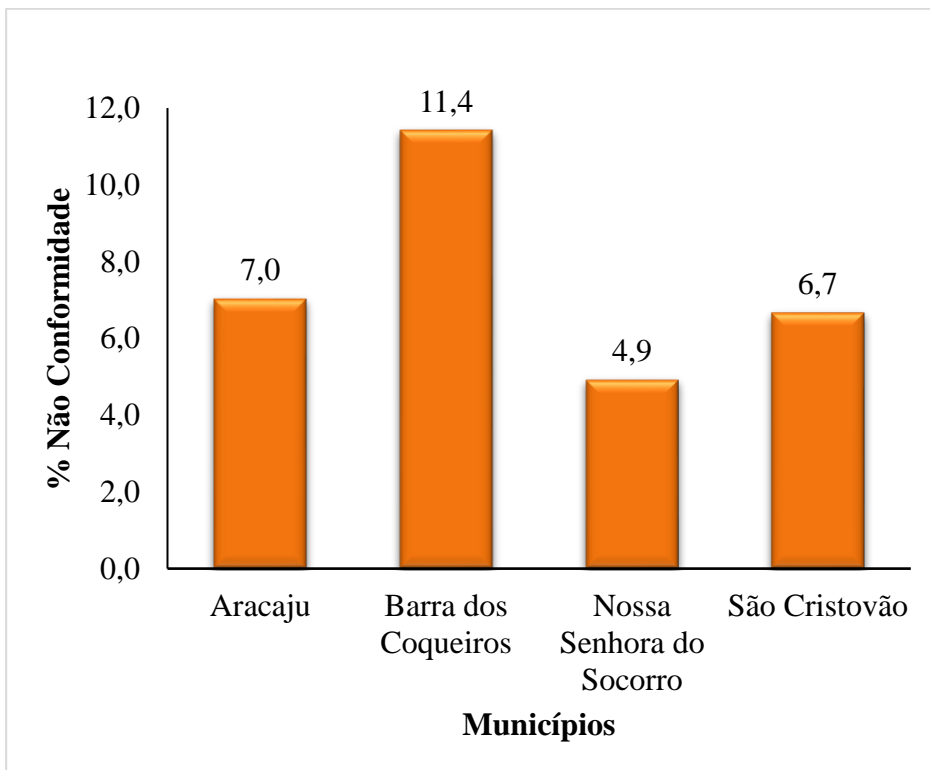


Gráfico 06: Porcentagem de não conformidade para o parâmetro Cloro Residual Livre na rede de distribuição de água dos municípios da Região Metropolitana.

Coliformes totais

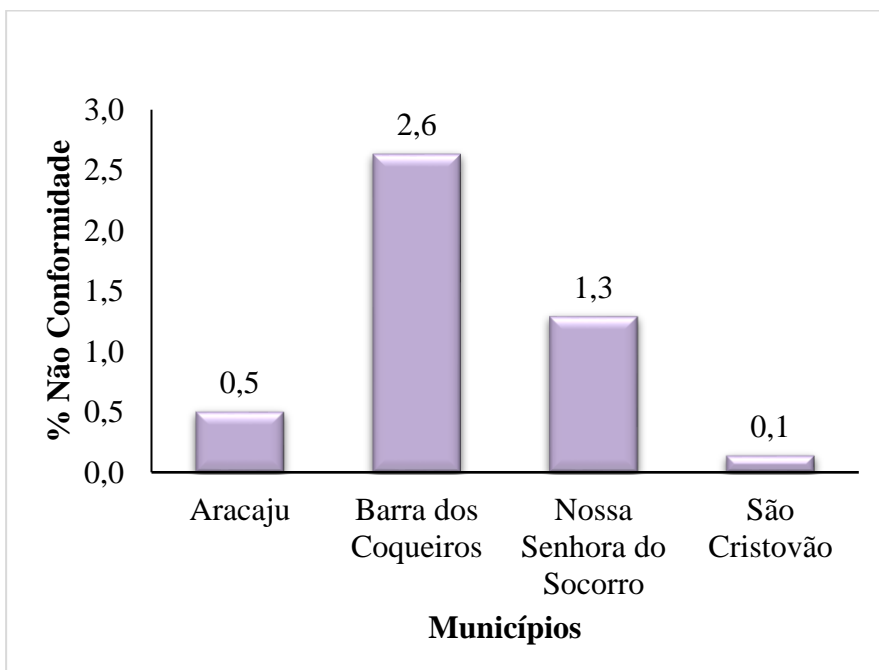


Gráfico 07: Porcentagem de não conformidade para o parâmetro Coliformes Mensais na rede de distribuição de água dos municípios da Região Metropolitana.

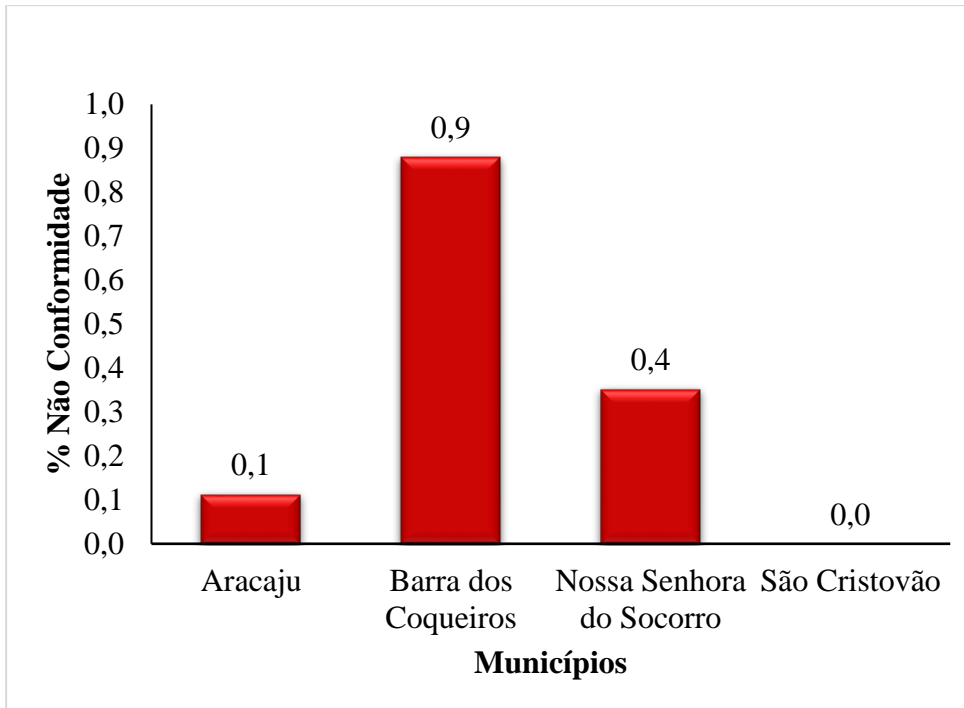
Escherichia coli

Gráfico 08: Porcentagem de não conformidade para o parâmetro *Escherichia coli* na rede de distribuição de água dos municípios da Região Metropolitana.

Esse modelo de Avaliação de Desempenho auxiliou a Câmara Técnica na elaboração e planejamento de fiscalizações pontuais sobre determinados Sistemas de Abastecimento de Água, pois os resultados sinalizaram e destacaram os municípios com maiores irregularidades nos valores dos parâmetros preestabelecidos.

Com relação a diligências de fiscalização, no decorrer do ano de 2021 foram realizadas pela Câmara Técnica de Saneamento 22 fiscalizações programadas referentes aos Serviços de Abastecimento de Água (SAA), 8 fiscalizações referente ao Serviço de Esgotamento Sanitário (SES) e 2 fiscalizações realizadas mediante demanda da Ouvidoria. Observa – se, um acréscimo nas diligências de fiscalizações durante o ano de 2021 de 10,34% em relação ao ano de 2020.

Os municípios fiscalizados estão dispostos na Figura 01 abaixo.

Mapeamento das Fiscalizações dos Serviços de Abastecimento de Água do Estado de Sergipe - CAMSAN

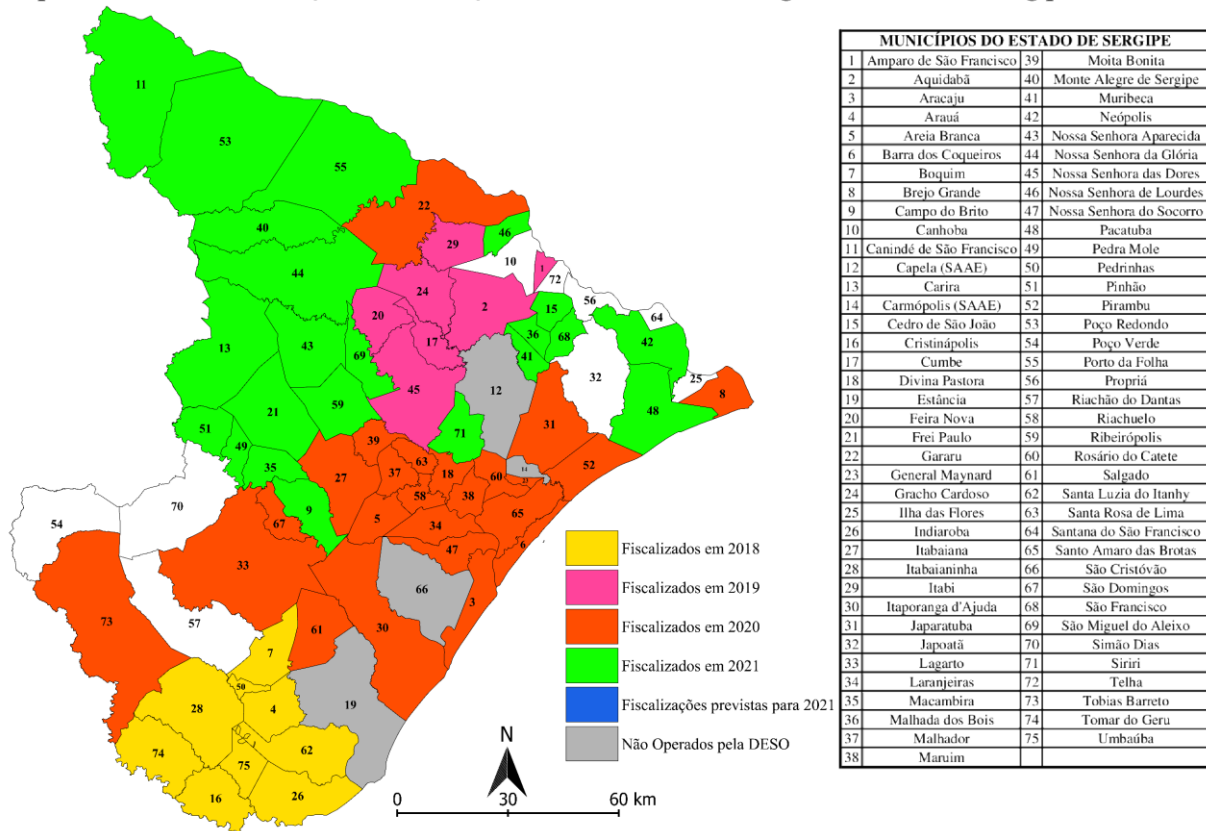


Figura 01: Visualização espacial dos municípios fiscalizados pela CAMSAN em 2021.

Município	Data da Fiscalização	Unidades Fiscalizadas
Neópolis	12/01/2021	Captação, ETA
Siriri	21/01/2021	Captação, ETA e Reservatório
Macambira	04/02/2021	Estação Elevatória e Reservatório.
Nossa Senhora da Glória	02/03/2021	Base Operacional e Comercial, Estação Elevatória e Reservatórios
Monte Alegre de Sergipe	15/03/2021	Escritório Comercial/Operacional; Estação Elevatória de Água Tratada (EE-2) e Reservatórios.
Nossa Senhora de Lourdes	05/04/2021	Base Operacional e Comercial, Estação Elevatória e Reservatórios
Poço Redondo	27/04/2021	ETA/Captação Bom Sucesso, ETA Assentamento Cajueiro, Reservatório Apoiado e Elevado Assentamento Cajueiro e o

		reservatório apoiado que fica na sede do município.
Porto da Folha	11/05/2021	Sistemas de Abastecimento de Água de Delmiro Gouveia/Alto Sertão e Semiárido
Canindé de São Francisco	08/06/2021	Abastecimento de água nos povoados Nova Vida e Maria Feitos I e II.
Cedro de São João	15/06/2021	Captação e Reservatórios
Ribeirópolis	20/07/2021	Captação e Reservatórios
Frei Paulo	10/08/2021	Base Operacional e Comercial e Reservatórios
Malhada dos Bois	31/08/2021	Captação, Reservatórios e Unidade de Desinfecção
Muribeca	31/08/2021	Captação, Reservatórios e Unidade de Desinfecção
São Francisco	31/08/2021	Captação, Reservatórios e Unidade de Desinfecção
Pedra Mole	14/09/2021	Base Operacional e Comercial e Reservatórios
Pacatuba	05/10/2021	Captação, Reservatórios e Unidade de Desinfecção
Pinhão	19/10/2021	Captação, Reservatórios e Comercial
Nossa Senhora do Socorro	09/11/2021	Estações Elevatórias, Reservatórios e Comercial
São Miguel do Aleixo	23/11/2021	Estações Elevatórias, Reservatórios e Comercial
Carira	07/12/2021	Estações Elevatórias, Reservatórios e Comercial
Campo do Brito	14/12/2021	Reservatórios e Comercial

Tabela 1: Unidades do sistema de abastecimento de água e esgoto fiscalizadas.

Enquanto que nos municípios de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Lagarto, Propriá e Itabaiana foram inspecionados os Sistemas de Esgotamento Sanitário, tabela 1, a saber: Estação de Recuperação da Qualidade (ERQ) – Sul, Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) – Orlando Dantas, a Estação de Recuperação da Qualidade (ERQ) – Oeste, a Estação de Tratamento de Efluentes Jardim em Nossa Senhora do Socorro, Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) – Lagarto, Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) – Propriá, Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) – Itabaiana e a Estação de Recuperação da Qualidade (ERQ) – Norte.

Ressalta-se que todas as constatações observadas foram relatadas nos seus respectivos relatórios.

Município	Data da Fiscalização	Unidade Fiscalizada
------------------	-----------------------------	----------------------------

Aracaju	16/02/2021	Estação de Recuperação da Qualidade (ERQ) - Sul.
Aracaju	30/03/2021	Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) – Orlando Dantas
Aracaju	15/04/2021	Estação de Recuperação da Qualidade (ERQ) – Oeste
Nossa Senhora do Socorro	09/06/2021	Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) – Jardim
Lagarto	27/07/2021	Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) Lagarto
Propriá	24/08/2021	Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) – Propriá
Itabaiana	21/09/2021	Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) – Itabaiana
Nossa Senhora do Socorro	28/09/2021	Estação de Recuperação da Qualidade (ERQ) – Norte

Tabela 2: Unidades do sistema de esgotamento sanitário fiscalizadas.

Números da Câmara de Saneamento (CAMSAN)

Número de fiscalizações em 2021	32
Número de fiscalizações em 2020	29
Número de municípios fiscalizados em 2021	29
Número de municípios fiscalizados em 2020	25
Variação percentual do número total de fiscalizações	10,34%
Variação percentual do número total de municípios fiscalizados	16%

Tabela 3: Dados de fiscalização das CAMSAN.

GÁS CANALIZADO – CÂMARA TÉCNICA DE GÁS CANALIZADO (CAMGAS)

Fiscalização

As ações de fiscalização da Agência Reguladora são pautadas no regulamento e em normas, além da verificação do cumprimento das regras previstas no Contrato de Concessão celebrado entre a Concessionária Sergipe Gás S.A. e o Poder Concedente. Tais ações têm o objetivo de garantir a

qualidade dos serviços oferecidos pela Concessionária, observando os padrões de segurança e as atividades do atendimento comercial.

Em 2021, as ações de fiscalização da CAMGAS foram realizadas em duas frentes, sendo Fiscalização Documental e Fiscalização de Campo. A primeira é realizada de forma remota, por meio do envio, em período previamente programado, de informações sobre os indicadores de qualidade, os quais possuem limites estabelecidos pelos Procedimentos Técnicos de Controle de Indicadores do Gás Canalizado do Estado de Sergipe. A segunda é executada ao longo de todo o ano e programada semanalmente com base nas informações recebidas da Concessionária.

É importante frisar que, devido às medidas contingenciais tomadas para o enfrentamento da pandemia do coronavírus, houve uma redução drástica nas ações ou atividades de fiscalização nas unidades consumidoras e estações de distribuição de gás canalizado, conforme poderá ser observado nas seções a seguir.

Fiscalizações nas Estações de Gás Canalizado

O principal objetivo das ações de fiscalização nas estações de distribuição de gás canalizado é acompanhar as manutenções preditivas e preventivas, verificar as condições de conservação e os procedimentos realizados nessas estações.

As manutenções consistem na realização de testes nas válvulas de retenção, inspeção e manutenção nos filtros de linha, manutenção no regulador de pressão, na válvula de alívio, testes de estanqueidade e monitoramento do sistema de odorização. Além destas, vale destacar a verificação da qualidade do sistema de proteção catódica no sistema de distribuição.

Em 2021, 152 (cento e cinquenta e duas) unidades foram fiscalizadas, o que representa um aumento de 186,8% em comparação ao ano de 2020. Tal aumento se deve ao monitoramento do sistema de odorização e monitoramento de proteção catódica os quais foram as principais atividades adotadas como forma de averiguar o cumprimento dos indicadores de segurança por parte do Concessionário.

Um panorama de todas as fiscalizações realizadas pela CAMGAS em 2021 pode ser visualizado abaixo.

Nº	DATA	DESCRIÇÃO
----	------	-----------

1	12/01/2021	Manutenção na ERPM Tropfruit em Estância.
2	13/01/2021	Acompanhamento da obra na FAFEN.
3	20/01/2021	Monitoramento de concentração do odorante na ERPM Crowm, ETC Estância e ERPM Duas Rodas.
4	22/01/2021	Monitoramento de concentração do odorante na ETC Atalaia, ERP Dia, ERPM Posto Alpha I, ERPM Posto 14 Bis e ERPM Posto Hermes Fontes.
5	28/01/2021	Monitoramento de concentração do odorante e coleta de gás na ETC Itaporanga e ETC Águas Claras.
6	05/02/2021	Monitoramento de concentração do odorante na ETC Atalaia, Le Provence, ERPM Posto Veneza e ERPM Posto Petrox Filial BR- 235 em Aracaju.
7	10/02/2021	Monitoramento de concentração do odorante e coleta de gás na ERP DIE II, ETC Água Claras, ETC Estância, ERPM Ambev.
8	12/02/2021	Manutenção troca do AP-40 no Carro de Bois.
9	18/02/2021	Acompanhamento na obra da PROQUIGEL.
10	23/02/2021	Monitoramento de concentração do odorante na ETC Atalaia, Hotel da Costa, Hotel Quality, Padaria São Pedro e Itabolos.
11	10/03/2021	Manutenção na ERP DIE I e II Socorro.
12	06/04/2021	Manutenção preventiva monitoramento de proteção catódica em Estância.
13	08/04/2021	Inspeção de válvula em Aracaju.
14	08/04/2021	Acompanhamento na obra da PROQUIGEL.
15	09/04/2021	Manutenção preventiva - monitoramento de proteção catódica em Aracaju.
16	23/04/2021	Monitoramento de concentração do odorante na ETC Atalaia, ERP Atalaia, ERP Dia, ERPM Posto Hermes Fontes e ERPM Posto 14 Bis em Aracaju.
17	28/04/2021	Acompanhamento da troca de ramal no Real Alimentos em Aracaju.

18	29/04/2021	Monitoramento de concentração do odorante na ERP Die II, ETC Águas Claras, ETC Estância, ERPM Ambev - em Estância.
19	04/05/2021	Manutenção na ETC Carmópolis.
20	12/05/2021	Monitoramento da concentração de odorante e coleta de gás na ERP DIE, ETC's Estância e Águas e Claras e na ERPM Ambev.
21	18/05/2021	Monitoramento da concentração de odorante ETC Atalaia, Condomínio Copa D'or, Condomínio Jardim Tropical, Edifício Mansão do Parque e Edifício Van Gogh em Aracaju.
22	01/06/2021	Monitoramento de proteção catódica em Estância.
23	08/06/2021	Manutenção de válvula (alívio) na ERP DIA em Aracaju.
24	11/06/2021	Monitoramento da concentração de odorante na ETC Atalaia, ERPM Posto Piranema, ERPM Posto Petrox Filial Treze de Julho em Aracaju.
25	15/06/2021	Manutenção no Posto metagas no município de Carmópolis.
26	16/06/2021	Manutenção na Serra Azul no município de Socorro.
27	23/06/2021	Monitoramento da concentração de odorante em Estância.
28	05/07/2021	Coleta de Gás ERP Die II, ETC Estância, ETC Águas Claras e ERPM Ambev em Estância.
29	16/07/2021	Monitoramento da concentração de odorante na ETC Atalaia, Posto Piranema, Posto Bel e Posto 13 de julho em Aracaju.
30	24/08/2021	Monitoramento da medição da vazão nos usuários em Aracaju.
31	25/08/2021	Acompanhamento da obra na PROQUIGEL.
32	26/08/2021	Manutenção nos postos Piranema e Estanciano no município de Estância.
33	31/08/2021	Monitoramento de odoração e inspeção do lubrificante dos medidores nos CRM's.
34	02/09/2021	Monitoramento de odoração nos CRM's Parque Marine, Le Provence, Morel Eros e nas ERPM's Fabise e Posto Presidente Filial Rosa Elze.

35	15/09/2021	Monitoramento de odoração e coleta de gás na ERP Die I, ETC's Estância e Águas Claras e na ERPM Ambev, em Estância.
36	28/09/2021	Monitoramento de odoração na ETC Atalaia e nos CRM's Hotel da Costa, Quality Hotel, Panificação São Pedro 3 e Ita bolos.
37	30/09/2021	Treinamento de SMS na ERP-DIS em Nossa Senhora do Socorro.
38	08/10/2021	Monitoramento de proteção catódica em Aracaju.
39	20/10/2021	Monitoramento de odoração na ERPM Crown, ETC Estância e ERPM Posto Pioneiro em Estância.
40	22/10/2021	Monitoramento de odoração nas ERPM's Posto Hermes Fontes, Posto 14 Bis, Posto Alpha I, na ERP Dia e ETC Atalaia em Aracaju.
41	10/11/2021	Manutenção no trecho entre a ERP DIE II e ERPM IVN em Estância.

Tabela 4: Estações fiscalizadas pela CAMGAS.

Monitores de Indicadores

Os indicadores de desempenho são instrumentos essenciais para o gerenciamento da eficiência e efetividade do serviço de distribuição de gás natural uma vez que permitem o acompanhamento e a análise crítica dos serviços prestados aos usuários.

Foram acompanhados, mensalmente, 7 (sete) indicadores de desempenho, sendo 4 (quatro) de segurança e 3 (três) de qualidade, conforme discriminados nas tabelas 05 e 06.

Indicador	Descrição
COG	Concentração de odorante no gás.
IVAZ	Índice de vazamento no sistema de distribuição.
TAE	Tempo de atendimento de emergência por vazamento e falta de gás.
FMPP	Frequência de manutenção preventiva e preditiva.

Tabela 5: Indicadores de segurança do Sistema de Distribuição de Gás Natural.

Indicador	Descrição
Pressão	Pressão.
PCS	Poder calorífico superior.
PPTG	Porcentagem de perdas totais de gás.

Tabela 6: Indicadores de qualidade do Sistema de Distribuição de Gás Natural

Concentração de Odorante no Gás (COG)

O controle da concentração de Odorante no Gás é necessário para assegurar a percepção imediata do gás, em caso de vazamentos, na rede de distribuição. Os gráficos 09 e 10 apresentam a evolução mensal, no ano de 2021, das análises de COG por odorímetro e por cromatografia, respectivamente.

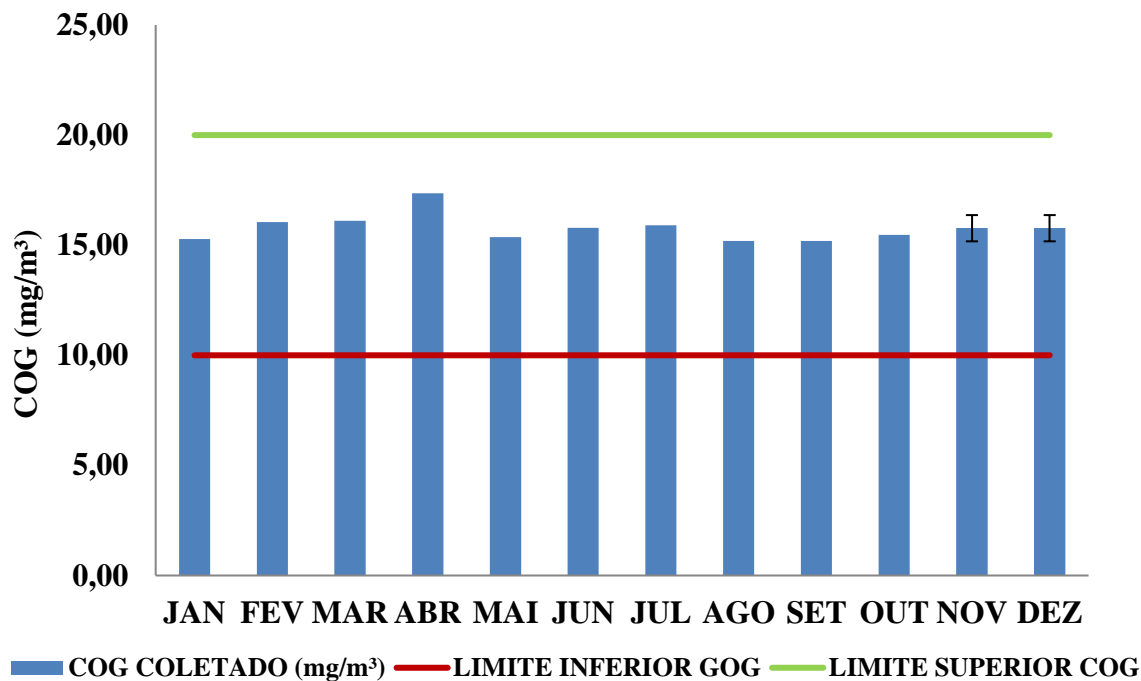


Gráfico 09: Análise do COG por Odorímetro.
Fonte: SERGAS.

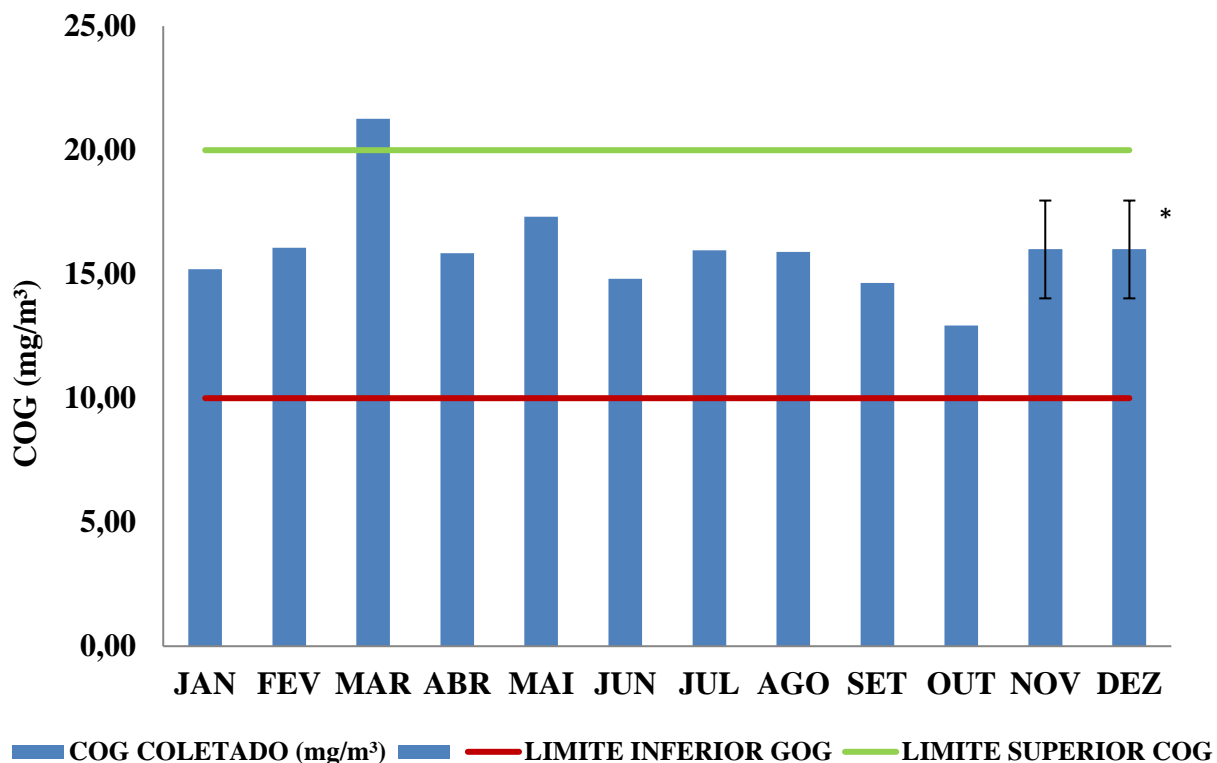


Gráfico 10: Análise do COG por Cromatográfica.
Fonte: SERGAS.

Índice de Vazamento no Sistema de Distribuição (IVAZ)

O indicador IVAZ tem como objetivo, quantificar os vazamentos ocorridos na rede de distribuição. O gráfico 11 apresenta a evolução mensal desse indicador no ano de 2021.

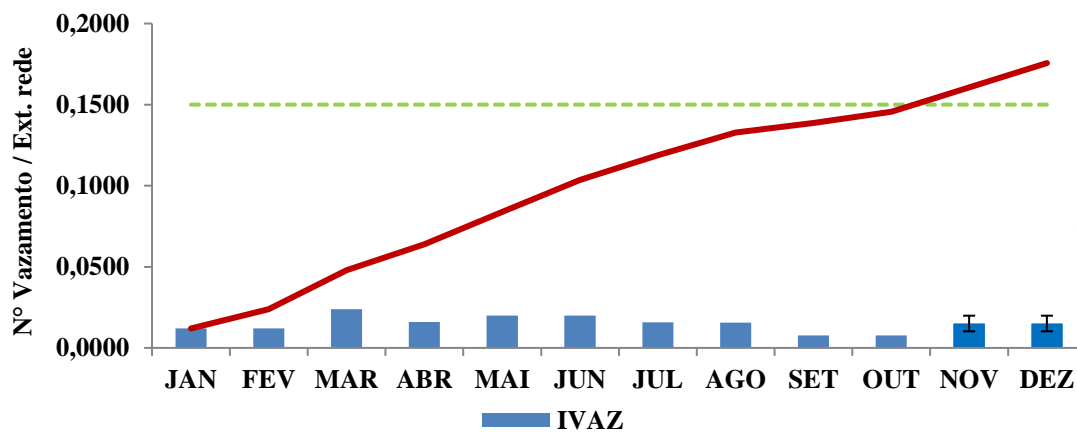


Gráfico 11: Índice de vazamento no sistema de distribuição de gás (IVAZ).
Fonte: SERGAS.

Tempo de atendimento de Emergência (TAE)

O TAE se refere ao tempo transcorrido desde o recebimento da solicitação de atendimento de uma determinada emergência (vazamento ou falta de gás) realizada pelo usuário ou não, até a interrupção da situação de risco detectada, pela Concessionária. Os gráficos 12 e 13 apresentam a evolução mensal do tempo de atendimento por vazamento e falta de gás, respectivamente.

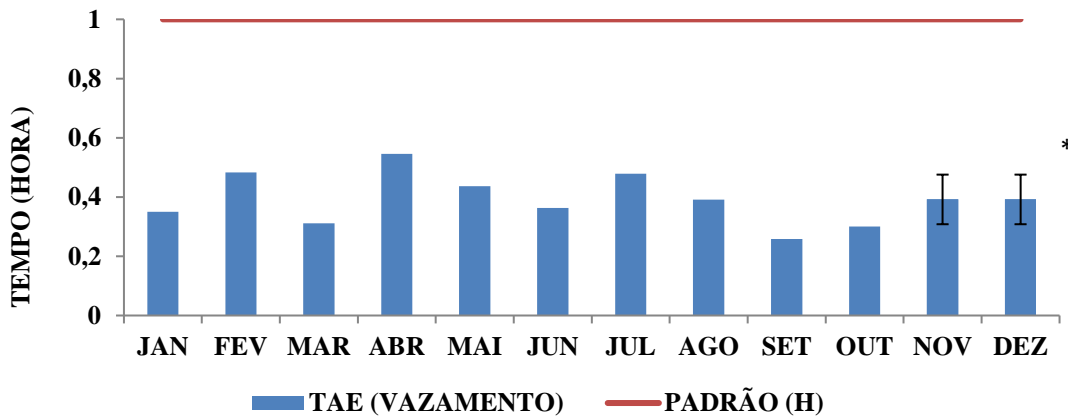


Gráfico 12: Tempo de atendimento de emergência por vazamento.
Fonte: SERGAS.

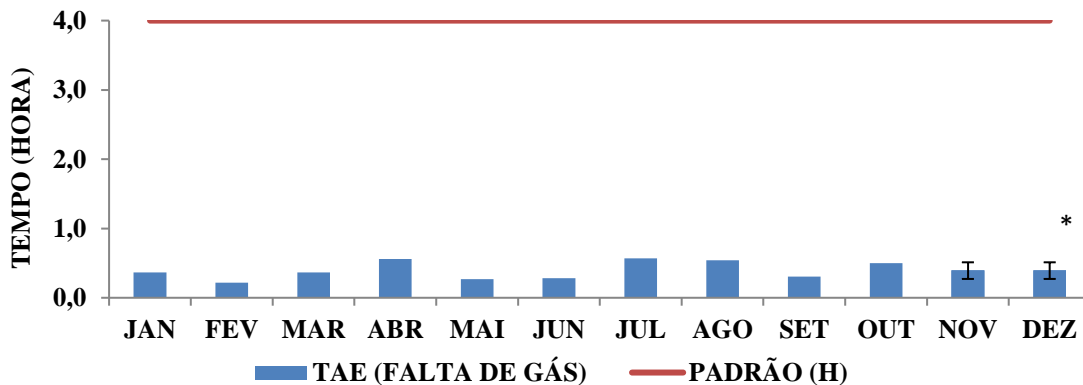


Gráfico 13: Tempo de atendimento de emergência por falta de gás.
Fonte: SERGAS.

Porcentagem de Perdas Totais de Gás (PPTG)

O PPTG representa o volume total de gás perdido na operação do sistema de distribuição, em um determinado período, que resulta da diferença entre o gás comprado e o gás faturado mais o consumo próprio. O gráfico 14 apresenta a evolução mensal desse indicador no ano de 2021.

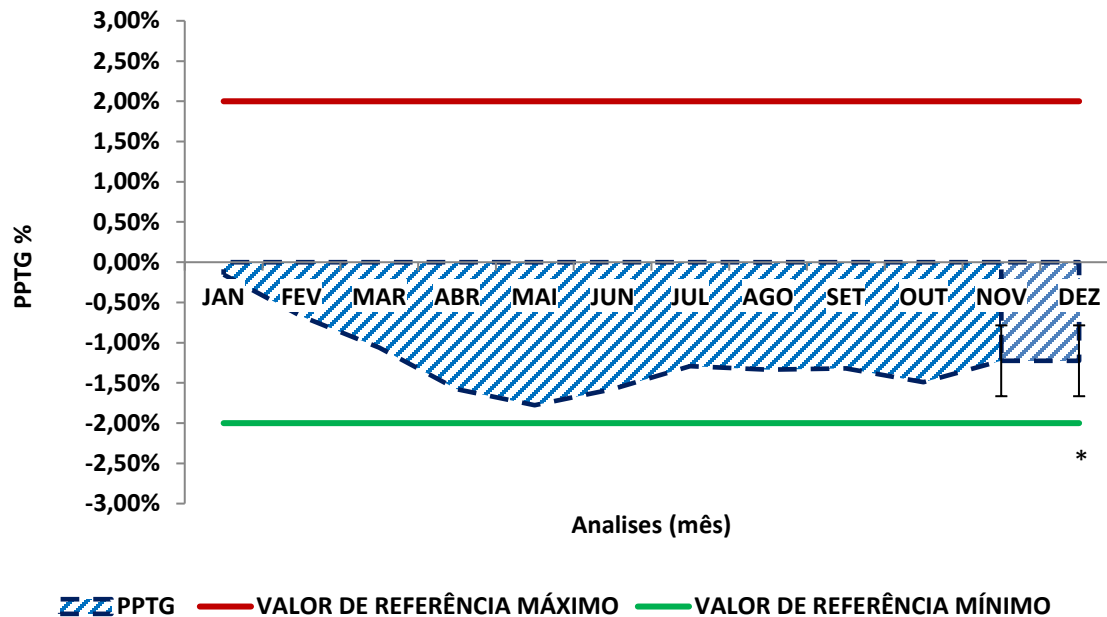


Gráfico 14: Porcentagem de Perdas Totais de Gás.
Fonte: SERGAS.

Poder Calorífico Superior (PCS)

O PCS é o calor gerado pela queima completa de unidade de massa do combustível, gerando gás carbônico e água líquida. Este indicador tem como objetivo coletar informações relativas à qualidade do gás distribuído e suas características físico-químicas. Os gráficos 15, 16 e 17 apresentam a evolução mensal desse indicador no ano de 2021 nas estações de transferência de custódia de Aracaju, Nossa Senhora de Socorro e Itaporanga.

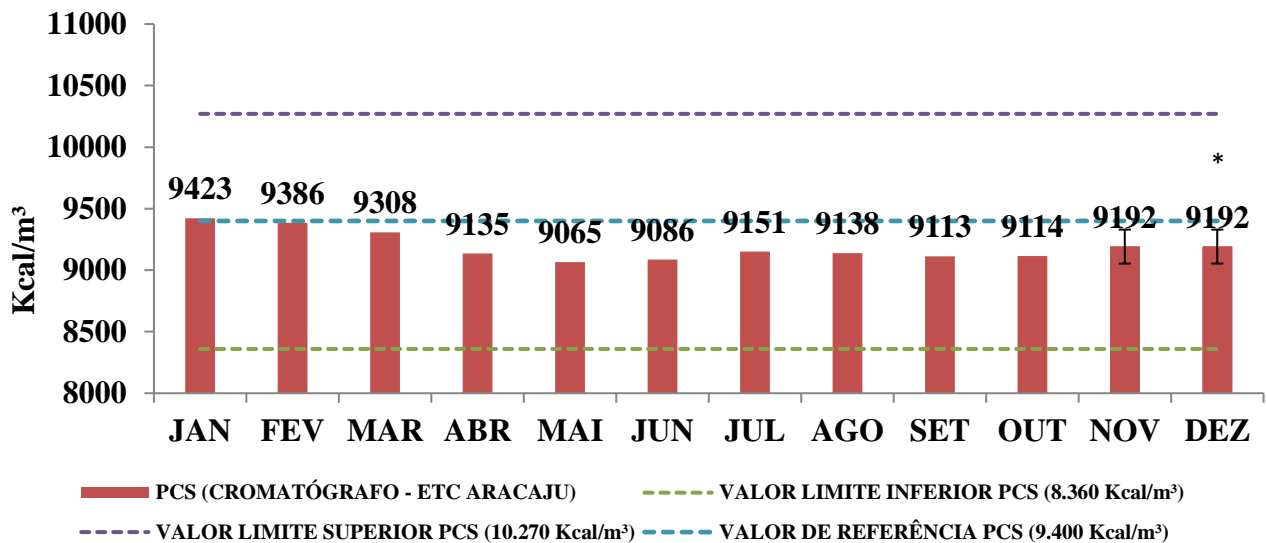


Gráfico 15: PCS (ETC ARACAJU).
 Fonte: SERGAS.

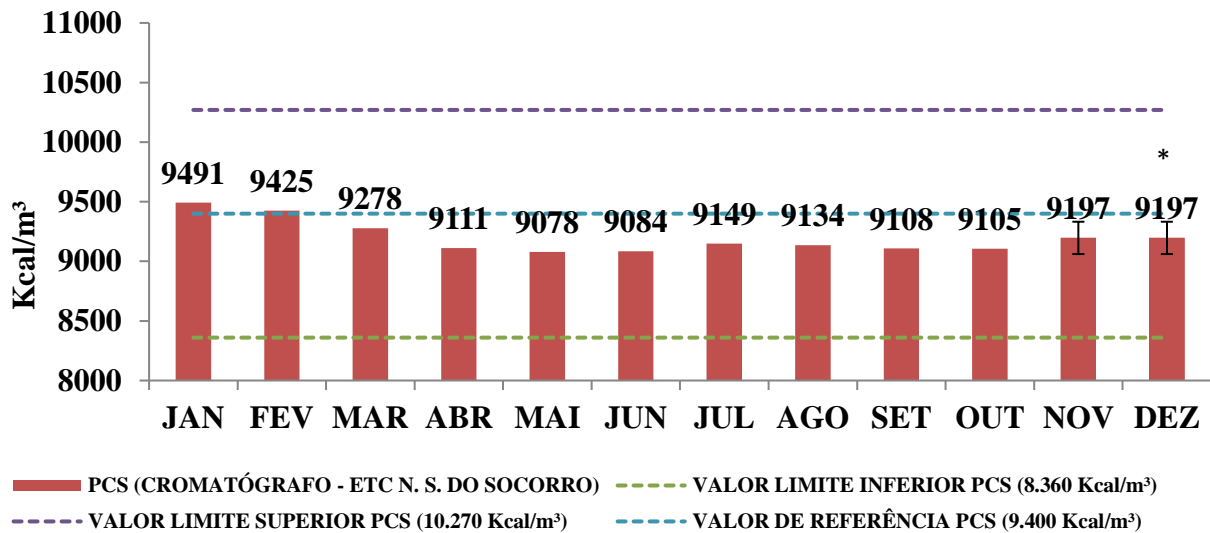


Gráfico 16: PCS (ETC Nossa Senhora do Socorro).
 Fonte: SERGAS.

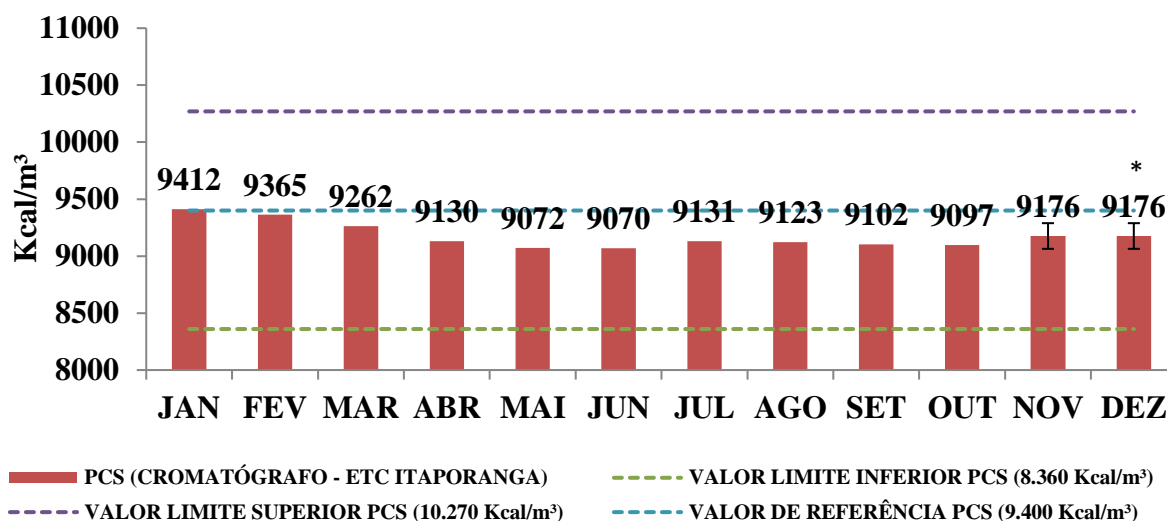


Gráfico 17: PCS (ETC Itaporanga).
Fonte: SERGAS.

CÂMARA TÉCNICA DE ENERGIA

2.1 Atividades

Monitoramento

Monitoramento Diferenciado (Processo Administrativo nº 153/2021-MIC-AGRESE): É a primeira etapa do processo de fiscalização, tendo por objetivo a identificação de indícios de falhas na prestação dos serviços de distribuição, fornecendo insumo às etapas posteriores de análise, em que se aprofunda o diagnóstico e a investigação para as distribuidoras selecionadas pelo Monitoramento; e de Ação Fiscalizadora, em que é aberto um processo para verificação de responsabilidade dos agentes no processo de apuração dos indicadores. Portanto, teve como objetivo apresentar os indícios de falha na prestação de serviços de distribuição pela ENERGISA-SE (ESE), especificamente sob o tema Ligação Nova com Obra.

Análise

A atividade de análise do serviço de distribuição de energia elétrica compreende a realização de uma avaliação detalhada de dados e informações relevantes, com base, principalmente, nas reclamações de consumidores, indicadores de qualidade do serviço e demandas de órgãos externos,

resultando em diagnóstico específico sobre falhas na prestação do serviço que, uma vez identificadas, são caracterizadas por critérios de importância, prioridade e risco, e dessa forma, definindo as atuações preventivas junto ao agente fiscalizado, tendo sido desenvolvidas quatro análises:

Análise da Distribuição (Processo Administrativo nº 91/2021-MIC-AGRESE): visando a melhoria do desempenho da Companhia Sul Sergipana de Eletricidade (SULGIPE), a AGRESE realizou a análise dos serviços de distribuição de energia elétrica relacionada ao tema “Estrutura de Atendimento”.

Análise da Distribuição (Processo Administrativo nº 92/2021-MIC-AGRESE): visando a melhoria do desempenho da SULGIPE, a AGRESE realizou a análise dos serviços de distribuição de energia elétrica relacionada ao tema “Ressarcimento de Danos Elétricos”.

Análise da Distribuição (Processo Administrativo nº 93/2021-MIC-AGRESE): visando a melhoria do desempenho da Energisa SE (ESE), a AGRESE realizou a análise dos serviços de distribuição de energia elétrica relacionada ao tema “Ligação Sem Obra”.

Análise da Distribuição (Processo Administrativo nº 95/2021-MIC-AGRESE): visando a melhoria do desempenho da Energisa SE (ESE), a AGRESE realizou a análise dos serviços de distribuição de energia elétrica relacionada ao tema “Continuidade do Fornecimento de Energia Elétrica”.

Notas Técnicas

Nota Técnica (Processo Administrativo nº 91/2021-MIC-AGRESE nº 01/2021): análise da conformidade referente ao Plano de Resultados 2021-2022 apresentado pela SULGIPE em relação ao diagnóstico técnico do tema “Estrutura de Atendimento”.

Nota Técnica (Processo Administrativo nº 93/2021-MIC-AGRESE nº 01/2021): análise da conformidade referente ao Plano de Resultados 2021-2022 apresentado pela ESE em relação ao diagnóstico técnico do tema “Ligação Sem Obra”.

Nota Técnica (Processo Administrativo nº 95/2021-MIC-AGRESE nº 01/2021): análise da conformidade referente ao Plano de Resultados 2021-2022 apresentado pela ESE em relação ao diagnóstico técnico do tema “Continuidade do Fornecimento de Energia Elétrica”.

Fiscalização

Relatório de Fiscalização – Análise da Distribuição (BDGD): apresenta os resultados da inspeção realizada na ESE, no levantamento das características técnicas dos ativos desta distribuidora, redes e subestações de distribuição, quanto à qualidade dos registros da Base de Dados Geográfica da Distribuidora (BDGD), enviados à ANEEL, nos termos do Módulo 10 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional (PRODIST).

Figura 02: Fiscalização BDGD



A Tabela 5 descreve os municípios visitados durante a fiscalização do BDGD.

Nº	DATA	DESCRIÇÃO	Quantidade de Amostras Fiscalizadas
1	05/10/2021	Itaporanga	38
2	06/10/2021	Estância	42
3	07/10/2021	Estância	45

4	08/10/2021	Estância e Santa	30
5	13/10/2021	Santa Luzia do	35
6	14/10/2021	Araú e	30
7	15/10/2021	Umbaúba	30
8	18/10/2021	Tomar do Geru e	36
9	19/10/2021	Tomar do Geru e	38
10	20/10/2021	Itabaianinha e	32
11	21/10/2021	Itabaianinha	19
12	22/10/2021	Tobias Barreto e	15
13	25/10/2021	Simão Dias	12
TOTAL			402

Tabela 5: Municípios e pontos vistoriados pela CAMEE.

Fiscalização por monitoramento da apuração apropriações contábeis e recolhimentos relacionados à P&D e Eficiência Energética: análise da aplicação dos valores destinados aos projetos, projetos/planos de gestão e programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e de Eficiência Energética – EE pela ESE, em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e alterações posteriores, relativas aos anos de 2018 e 2019.

Fiscalização por monitoramento dos atos e negócios jurídicos entre as concessionárias, permissionárias e autorizadas e suas partes relacionadas: análise de contratos entre partes relacionadas, com base em amostras de contratos firmados entre as concessionárias locais de energia e suas prestadoras de serviço. O objetivo é verificar o cumprimento dos parâmetros estabelecidos pela ANEEL na concessão da anuência prévia, ou atestar o atendimento dos requisitos estabelecidos na RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 699, de 26 de janeiro de 2016, em seu artigo 19, que trata dos critérios para dispensa de anuência prévia em contratos e aditivos desta natureza.

Relatórios de Ouvidoria

Relatórios Trimestrais de Ouvidoria: a cada trimestre é realizado o monitoramento trimestral com o objetivo de analisar as três tipologias com o maior número de reclamações, verificar se são

reincidentes ao trimestre anterior e investigar as tipologias que obtiveram as maiores variações, sejam elas positivas ou negativas, no número de reclamações em relação ao trimestre do ano anterior.

Relatórios Mensais: monitoramento mensal das principais solicitações segmentadas por categorias, subcategorias, tipologias e caminho de entendimento cadastradas no SGO referentes aos serviços prestados pelas distribuidoras ESE e SULGIPE.

OUVIDORIA

Dentro de sua função de mediadora das relações entre os usuários dos serviços públicos, Poder Concedente e Concessionárias, a Ouvidoria da Agrese manteve um bom relacionamento com os cidadãos, através de contato telefônico, e-mails e acesso via e-doc para tramitar processos administrativos, oferecendo ao cidadão a possibilidade de *feedback* deste setor, visando a eficiência dos serviços prestados.

Do dia 02 de janeiro de 2021 até o dia 31 de outubro a Ouvidoria recebeu via chamadas telefônicas 11.596 (onze mil quinhentos e noventa e seis) manifestações. Já pelos demais canais de atendimento, foram constatadas 502 (quinhentos e duas) manifestações, das quais 207 (duzentas e sete) foram resolvidas, com geração de protocolo no SE OUV bem como no FALABR. Até o momento 50 (Cinquenta) permanecem em andamento. As manifestações advindas do canal 0800 que foram finalizadas trataram-se de solicitações sem o protocolo das distribuidoras/prestadoras.

CANAIS DE ATENDIMENTO					
FALE CONOSCO	EMAIL OUVIDORIA	FORMULÁRIO (SITE)	SE-OUV	FALA BR	SGO
68	156	13	253	4	8

Tabela 6: Quantidade de manifestações dos canais de atendimento da Ouvidoria.

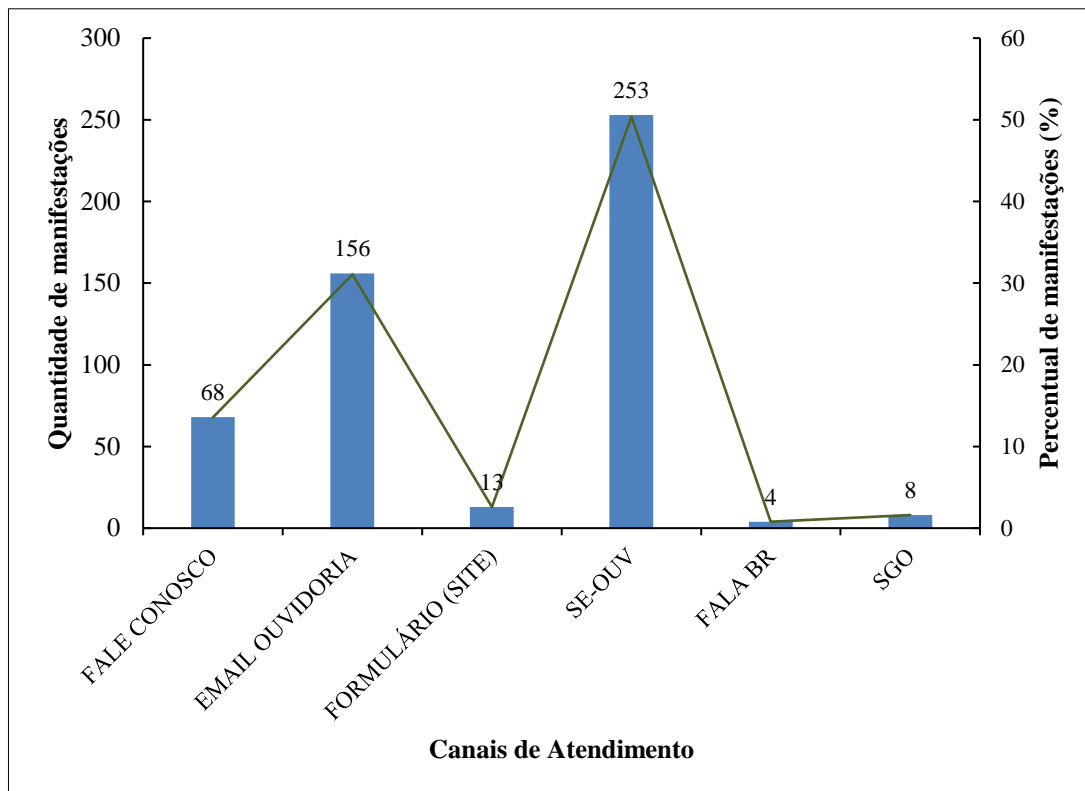


Gráfico 18: Dados estatísticos das manifestações da Ouvidoria.

Importar ressaltar que das 502 manifestações, 257 referiram-se ao SE-OUV e FALA BR e 245 restaram aos demais canais de atendimento. As manifestações dos demais canais não correram trâmite processual, em razão da ausência do número de protocolo, item obrigatório para prosseguimento da demanda. Entretanto, pode ser observado no gráfico abaixo o percentual das demandas resolvidas e em andamento.

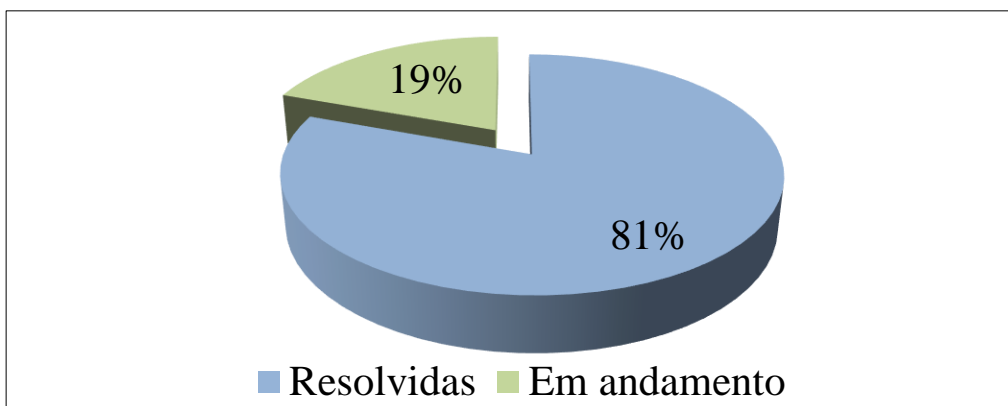


Gráfico 19: Percentual resolutivo da Ouvidoria.

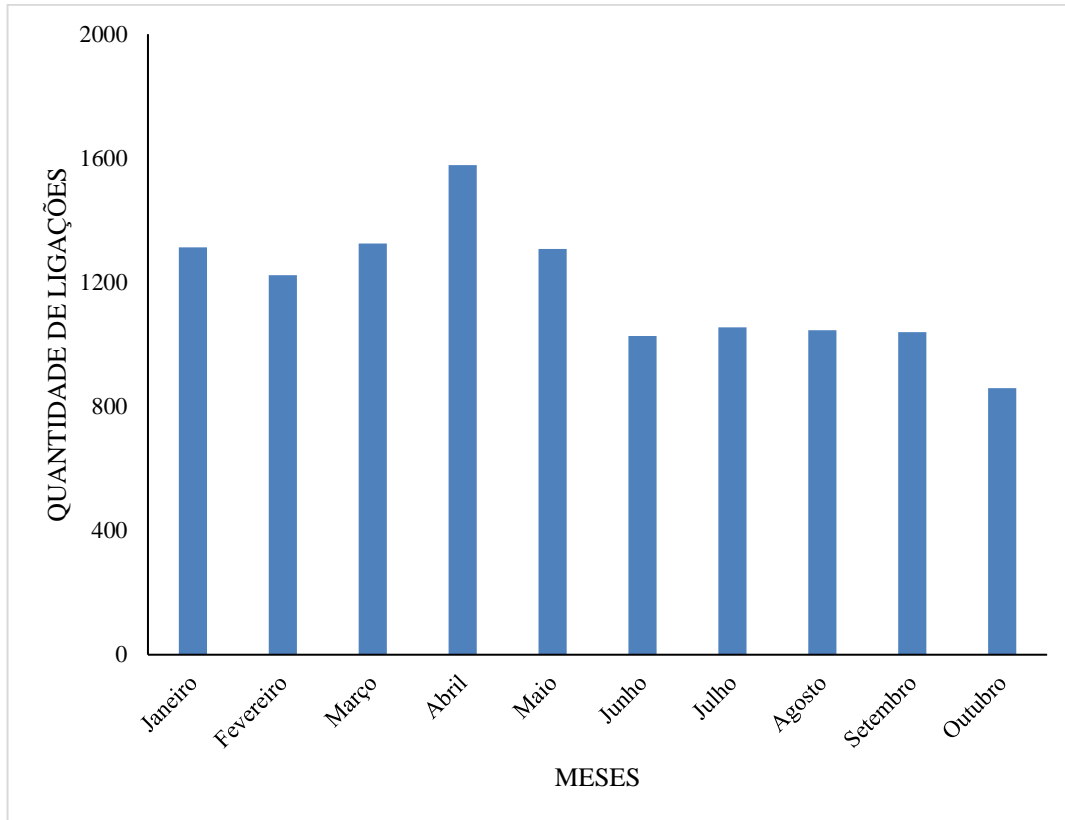


Gráfico 20: Quantidade de ligações mensais realizadas por usuários.

Na Ouvidoria da Agrese são disponibilizados vários canais de atendimento dentre eles fale conosco (site institucional), e-mail (ouvidoria@agrese.se.gov.br); formulário eletrônico (site institucional); ligação gratuita (0800 0791520) as quais foram geradas manifestações no SE-OUV (Sistema de Ouvidorias do Estado de Sergipe) e Fala BR.

De março a setembro ocorreu o acompanhamento das providências tomadas e das manifestações recebidas pela Ouvidoria, com atuação na prevenção de conflitos, preservando as dimensões legais e legítimas, sempre respeitando o sigilo nos casos necessários e por fim, preservou-se o direito constitucional de acesso à informação.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO

No exercício de 2021 o orçamento inicial da Agrese foi estimado em R\$ 2,67 milhões, com um incremento por crédito suplementar no valor de R\$ 300 mil, passando o orçamento a R\$ 2,97 milhões, com uma execução de 92,5%, observado na tabela 7. Os recursos executados foram todos provenientes de arrecadação própria e compostos pelas seguintes origens: arrecadação da taxa de regulação dos serviços de água e esgoto proveniente da Companhia de Saneamento do Estado de Sergipe - Deso, nos termos da lei nº 6.661/2009, arrecadação realizada pela Sergipe Energias Renováveis e Gás S.A. – Sergas, conforme lei nº 5.407/2004 e arrecadação realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, nos termos do Convênio de Cooperação nº 001/2020-ANEEL e seus Contratos de Metas números 019/2021, 020/2021, 021/2021 e 022/2021.

Mês/Ano de Referência: Janeiro a 09 de novembro/2021 (Valores em R\$ 1,00)		
EXECUÇÃO	2020	%
Dotação Inicial	2.671.205,00	90%
Dotação Atualizada	2.971.205,00	100%
Empenhado	2.748.545,32	92,5%
Pago	2.231.708,16	75,1%

Tabela 7: Evolução da execução orçamentária anual.

RECEITAS

As receitas previstas para o exercício de 2021 foi de R\$ 3,81 milhões. Na tabela 8, apresentam-se as arrecadações da receita do ano por tipo, totalizando R\$ 3,44 milhões. Salienta-se, por conseguinte, que em virtude da autonomia financeira da Agrese não houve a necessidade de repasse do Tesouro Estadual.

Mês/Ano de Referência: Janeiro a 09 de novembro/2021 (Valores em R\$ 1,00)		
TIPO	2020	Desp. / Rec. (%)
Saneamento	2.397.603,43	69,6%
Gás Canalizado	797.337,83	23,2%
ANEEL	125.082,84	3,61
Rendimento aplicação	119.738,70	3,5%
Restituição	2.620,63	0,1%
Total	3.442.383,43	100%

Tabela 8: Arrecadação do ano por tipo.

DESPESAS

As despesas fixadas para o ano de 2021 corresponderam a uma dotação inicial de R\$ 2,97 milhões. A tabela 9 mostra o cenário das despesas executadas em 2021.

Mês/Ano de Referência: Janeiro a 09 de novembro/2021 (Valores em R\$ 1,00)		
PROGRAMA	2020	DISTRIBUIÇÃO (%)
Pagamento com Pessoal Ativo	1.791.809,47	80%
Gestão Administrativa da Agrese	250.360,42	11%
Gestão de Câmaras Técnicas Setoriais	154.137,67	7%
Implantação de Câmaras Técnicas Setoriais	13.289,00	1%
Capacitação de Servidores da Agrese	22.111,60	1%
Total	2.231.708,16	100%

Tabela 9: Detalhamento da execução das despesas pagas.

NOVOS INVESTIMENTOS

Para 2022 está prevista a conclusão da reforma do prédio que abriga a Agrese. Estão sendo aperfeiçoados os sistemas hidráulico, elétrico e haverá a instalação de novos aparelhos de ar-condicionado. A reforma da sede da Agrese auxiliará a agência em suas atividades na medida em que vem sendo consolidada a competência da reguladora, com fortalecimento das câmaras já existentes, alcançando objetivos de uma regulação eficiente, efetiva e eficaz dos serviços públicos no estado de Sergipe.

Aracaju, 30 de Dezembro de 2021

Jose Carlos Felizola Soares Filho
Secretário de Estado Geral de Governo